

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE GESTÃO E ECONOMIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

LUCAS FELIPE DE AMBRÓSIO RIBEIRO

**VULNERABILIDADE JUVENIL À VIOLÊNCIA:
Estudo Sobre o Município de Jacareí**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

CURITIBA - PR

2015

LUCAS FELIPE DE AMBRÓSIO RIBEIRO

**VULNERABILIDADE JUVENIL À VIOLÊNCIA:
Estudo Sobre o Município de Jacareí**

Monografia de Especialização apresentada ao Departamento Acadêmico de Gestão e Economia, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná como requisito parcial para obtenção do título de “Especialista em Gestão Pública Municipal.” - Orientador: Prof. Leonardo Tonon.

CURITIBA - PR

2015

“Minha vida não tem tanto valor
quanto seu celular, seu computador”.

(Mano Brown)

RESUMO

RIBEIRO, Lucas Felipe de Ambrósio. Vulnerabilidade Juvenil à Violência: Um estudo sobre o município de Jacareí. 2015. 85 f. Monografia (Especialização em Gestão Pública Municipal) – Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná. Curitiba, 2015

O trabalho buscou analisar a situação da juventude no município de Jacareí, no que diz respeito a vulnerabilidade à violência. Este interesse surgiu pois a publicação do Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência em 2015 evidenciou que o município localizado na região do Vale do Paraíba, possui o maior índice entre todos os outros municípios da região do interior paulista, e um dos maiores do Estado, além de figurar entre os dez municípios com piora mais acentuada no índice de 2007 para 2012. Nesse sentido, fez-se relevante analisar os indicadores que constituem este Índice, de modo a compreender a realidade do município e fomentar políticas efetivas. Para tanto, através da análise do banco de dados online do Ministério da Saúde - o Subsistema de Informação sobre Mortalidade (SIM/DATASUS) – analisou-se a situação dos óbitos no município entre 2007 e 2012, principalmente na população entre 15 e 29 anos. Verificou-se que os indicadores de mortalidade por homicídios e por acidentes de trânsito contribuíram para esta piora, uma vez que mostraram crescimento significativo. Ressalta-se desta análise que as maiores vítimas são do gênero masculino, entre 20 e 29 anos. Assim, considerando a heterogeneidade juvenil e sua vulnerabilidade à violência, buscou-se fundamentar bases para vindouras políticas públicas que reduzissem as taxas do município, primando pela participação juvenil na promoção de propostas.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Vulnerabilidade. Juventude. Violência.

RESUMEN

RIBEIRO, Lucas Felipe de Ambrósio. Vulnerabilidad de Violencia Juvenil: Un estudio de la ciudad de Jacareí. 2015. 85 f. Monografía (Especialização em Gestão Pública Municipal) – Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná. Curitiba, 2015

El estudio tuvo como objetivo analizar la situación de los jóvenes en el municipio de Jacareí, en relación con la vulnerabilidad a la violencia. Este interés surgió porque la publicación de la “Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência” de en 2015 mostró que el municipio situado en la región de Vale do Paraíba, tiene el índice más alto entre todos los otros municipios de la región de São Paulo, y uno de los más grande del estado, así para estar entre los diez municipios con más marcado empeoramiento en el índice de 2007 al 2012. Así, se convirtió en relevante para analizar los indicadores que componen este índice con el fin de comprender la realidad de la ciudad y promover políticas eficaces. Con este fin, a través de la base de datos en línea del Ministerio de Salud - Subsistema de Información sobre Mortalidad (SIM/DATASUS) - analizó la situación de las muertes en el municipio entre 2007 y 2012, especialmente en la población masculino entre 15 y 29 años. Se encontró que los indicadores de mortalidad en los homicidios y los accidentes de tráfico han contribuido a este deterioro, como se muestra un crecimiento significativo. Hacemos hincapié en este análisis que las principales víctimas son el sexo masculino, entre 20 y 29 años. Por lo tanto, teniendo en cuenta la juventud heterogeneidad y su vulnerabilidad a la violencia, el tratado de fundamentar bases para políticas públicas futuras que reducen las tasas de la municipalidad, la búsqueda de participación de los jóvenes en la promoción de propuestas.

Palabras-clave: Políticas públicas. Vulnerabilidad. Juventud. Violencia.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Taxa de mortalidade violenta (por 100 mil). População Total. Brasil. 1980/2012	25
Figura 2 Taxas de Mortalidade Violenta por Idade. Brasil, 2011	29
Figura 3 Relação entre mortes violentas e óbitos totais, população Jovem. Brasil. 1980-2011	31
Figura 4 Número de óbitos por Causas Externas de mobilidade e mortalidade. Brasil. 1996-2005.	32
Figura 5 Número de óbitos por Causas Externas de mobilidade e mortalidade. Brasil. 2005-2014.	33
Figura 6 Número de óbitos por homicídios. Brasil. 1996-2005.....	34
Figura 7 Número de óbitos por Causas Externas de mobilidade e mortalidade. Brasil. 2005-2014.	34
Figura 8 Número de óbitos por transporte. Brasil. 1996-2005.....	35
Figura 9 Número de óbitos por transporte. Brasil. 2005-2014.....	36
Figura 10 Dez municípios que expressaram pioram mais acentuada no IVJ - Violência. 2007 e 2012.....	40
Figura 11 IVJ - Violência e seus componentes. Jacareí. 2007 e 2012.....	40
Figura 12 Mapa da Região. São Paulo, Brasil.....	43
Figura 13 Número de óbitos por Causas Externas de morbidade e de mortalidade. Jacareí. 1996 – 2005.....	44
Figura 14 Número de óbitos por Causas Externas de morbidade e de mortalidade. Jacareí. 2005-2014	45
Figura 15 Número de casos de óbito por Causas Externas, por sexo e grupo etário. Jacareí. 2007 a 2012.....	47
Figura 16 Número de óbitos por transporte. Jacareí. 1996-2005.....	48
Figura 17 Número de óbitos por Transporte. Jacareí. 2005-2014.....	49
Figura 18 Números de casos de acidentes de transporte. Jacareí. 2007 a 2012	50
Figura 19 Número de casos de acidentes de trânsito por sexo e grupo etário. Jacareí. 2007.....	50
Figura 20 Número de casos de acidentes de trânsito por sexo e grupo etário. Jacareí. 2008.....	51
Figura 21 Número de casos de acidentes de trânsito por sexo e grupo etário. Jacareí. 2009.....	52
Figura 22 Número de casos de acidentes de trânsito por sexo e grupo etário. Jacareí. 2010.....	52
Figura 23 Número de casos de acidentes de trânsito por sexo e grupo etário. Jacareí. 2011.....	53
Figura 24 Número de casos de acidentes de trânsito por sexo e grupo etário. Jacareí. 2012.....	53
Figura 25 Número de casos de óbito por acidentes de trânsito por sexo e grupo etário. Jacareí. 2007 a 2012.....	55
Figura 26 Número de óbitos por agressões. Jacareí. 1996-2005.....	56
Figura 27 Número de óbitos por agressões. Jacareí. 2005-2014.....	57
Figura 28 Números de casos homicídios. Jacareí. 2007 a 2012.....	57
Figura 29 Número de casos de óbito por homicídios por sexo e grupo etário. Jacareí. 2007 a 2012	58
Figura 30 Número de casos de homicídio por sexo e grupo etário. Jacareí. 2007.....	59

Figura 31	Número de casos de homicídio por sexo e grupo etário. Jacareí. 2008....	59
Figura 32	Número de casos de homicídio por sexo e grupo etário. Jacareí. 2009....	60
Figura 33	Número de casos de homicídio por sexo e grupo etário. Jacareí. 2010....	61
Figura 34	Número de casos de homicídio por sexo e grupo etário. Jacareí. 2011....	61
Figura 35	Número de casos de homicídio por sexo e grupo etário. Jacareí. 2012....	62
Figura 36	Pirâmide etária, Jacareí, 2000	64
Figura 37	Pirâmide etária, Jacareí, 2010	65
Figura 38	Escolaridade da população de Jacareí de 25 anos ou mais. 2000 e 2010	67

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Estrutura da mortalidade: Taxas de óbitos (por 100 mil) segundo Causa. População Jovem e Não Jovem. Brasil. 1980/1990/2000/2010/2012	25
Tabela 2 Estrutura da mortalidade: número de óbitos segundo causa, população não jovem. Brasil.....	27
Tabela 3 Estrutura da mortalidade: número de óbitos segundo causa, população jovem. Brasil.....	27
Tabela 4 Mortalidade Violenta por Idade. Brasil, 2012.....	30
Tabela 5 Rendimento mensal familiar per capita (salário mínimo). Comparativo 2000 e 2010.	66

SUMÁRIO

RESUMO	4
RESUMEN.....	5
LISTA DE FIGURAS	6
LISTA DE TABELAS	8
SUMÁRIO.....	9
1.INTRODUÇÃO.....	10
1.1.Problema de Pesquisa	12
1.2.Justificativa.....	12
1.3.Objetivos.....	13
1.3.1.Objetivo Geral	13
1.3.2.Objetivos Específicos	13
1.4 Metodologia.....	13
2.FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
2.1.Juventude.....	15
2.2.Violência.....	19
2.3.Vulnerabilidade Social	23
2.4.Taxas de óbitos por Causas Externas no Brasil.....	24
2.5.Violência através de dados	25
2.6.Dados da Violência por Região.....	32
2.7.Vulnerabilidade Juvenil à Violência	36
2.8.Vulnerabilidade Juvenil à Violência – Dados	38
3.APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	42
3.1.O município de Jacareí	42
3.2.Dados sobre Causas Externas no Município de Jacareí	43
3.3.Dados de Acidentes de Trânsito no Município de Jacareí.....	48
3.4.Dados sobre homicídios no município de Jacareí	55
3.5.Indicador de Pobreza no Município	64
3.6.Políticas Públicas para Juventude no Município	67
3.7.Propostas para redução dos homicídios e acidentes de trânsito	72
CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
REFERÊNCIAS	80

1. INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea enfrenta em diferentes escalas a violência, que se posta como desafio nas esferas sociais, governamentais, econômicas e educacionais. A escalada da violência acarreta problemas sociais graves, pois, além de agravar a exclusão social e a pobreza, afeta negativamente o desenvolvimento social e econômico, colocando em cheque o acesso a cidadania (REIS, 2012).

Em um contexto amplo, a violência tem figurado como um dos principais problemas sociais das cidades, sejam elas mais ou menos urbanizadas. Dados obtidos junto ao Ministério da Saúde e seu Subsistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) – agregador de notificações de óbitos, que consolida e transfere os dados para o Ministério da Saúde e a Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) – demonstram esta escalada da violência, através das taxas de mortalidade violenta na população brasileira, no período entre 1980 e 2012.

Há forte tendência de crescimento nas taxas de mortalidade violenta no país a partir de 1980, principalmente nos índices de homicídios, que passam de 11,7 no início da década de 80, para 28,9 (por 100 mil) no ano de 2003. Índice este que passa a sofrer algumas oscilações por conta da campanha de desarmamento e políticas públicas pontuais (SIM/DATASUS, 2015).

Analisando somente os números de homicídios, é possível verificar que este número mais que dobrou da década de 1980 para 1990, passando de 13.910 a 31.989; número que chegou a 45.360 em 2000 e 52.260 em 2010. Está escalada alcançou os 54.983 casos de homicídios no ano de 2014 (SIM/DATASUS, 2015).

Estas taxas levam o Brasil, segundo Nóbrega Júnior (2010), a ser o único entre os setenta países considerados com índice humano de desenvolvimento elevado a possuir uma taxa de 27 homicídios por 100 mil habitantes. O autor contextualiza ainda, segundo dados da Organização Mundial de Saúde que, dentre estes países, apenas Brasil, Rússia (20 homicídios por 100 mil habitantes), Bahamas (15,9 por cada 100 mil) e México (13 por cada 100 mil habitantes) possuem taxas tão altas de homicídios a cada mil habitantes, classificando estes países dentro de um estado epidemiológico de violência.

Conforme a magnitude do problema, a violência já não se restringe a cortes sociais específicos ou a regiões determinadas, e se faz presente global e localmente, nos mais diversos nichos econômicos, sociais e raciais. No entanto, é

necessário considerar que ela pode se fazer presente com maior frequência em certos gêneros, classes sociais, idade e etnias (ABRAMOVAY, 2002).

A violência, tanto como homicídio quanto como causa externa que atenta a vida, é um problema que atinge toda a sociedade brasileira, com maiores índices em certas regiões. Contudo, outros recortes apontam para situações ainda mais graves, como a taxa de óbitos de jovens.

Segundo o Mapa da Violência (2014), mais da metade dos mortos por homicídio no ano de 2012 correspondiam a jovens – 30.072, 53,37% do total. Segundo o mesmo estudo, no período entre 1980 e 2012, somente 2,0% dos óbitos referentes a população não jovem (aquele que não chegaram a sua juventude – menos de 15 anos- e os que já possuem mais de 29 anos) foram consequência de homicídios, enquanto no mesmo período, 28,8% dos obtidos de jovens foram causados por homicídios.

Desta forma, a sociedade brasileira vem se tornando vítima de índices de violência cada vez maiores, configurando um grave problema social, que depende de efetivos estudos e propostas de políticas públicas que visem brejar essa escalada. Para tanto, fora desenvolvido um estudo sobre o Índice de Vulnerabilidade Juvenil no país, pela Secretaria Nacional de Juventude, junto ao Ministério da Justiça e a Secretaria Geral da Presidência da República, publicado em 2015, que trata sobre estes alarmantes números.

Esta publicação analisada em conjunto com outras obras importantes para o mapeamento da situação violenta que se estabelece nas últimas décadas na sociedade brasileira, permite traçar alguns paralelos e análises de determinadas regiões, visando compreender esse fenômeno que vem ceifando a vida dos jovens brasileiros.

Neste cenário escolhemos analisar o município de Jacareí, localizado no interior do estado de São Paulo, na região do Vale do Paraíba. Esta escolha se deu pelo fato Jacareí figurar entre os dez municípios do país com piora mais acentuada nas condições de vida da juventude, principalmente no índice de homicídios, segundo a publicação do Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial (2014).

Este índice revela a situação do município de Jacareí, onde o a mortalidade de trânsito e de pobreza aumentaram, enquanto os indicadores de desigualdade e

de frequência à escola e situação de emprego, diminuíram. Portanto, se faz relevante compreender a situação do município de Jacareí, visando estabelecer bases para o desenvolvimento de novas políticas públicas que permitam o desenvolvimento do capital social e a redução dos índices de violência e vulnerabilidade na cidade.

Para tanto, serão analisados temas relevantes para compreensão dos índices de violência no país e com a juventude. Desta maneira, será abordado a seguir o conceito sobre juventude, violência, e vulnerabilidade social, baseando em referenciais teóricos pertinentes ao tema, além de buscar compreender os indicadores de vulnerabilidade utilizados nas publicações encontradas. Por fim, serão cruzadas essas informações com os dados obtidos nas mais variadas publicações sobre a situação brasileira, a fim de melhor compreender a realidade do município de Jacareí.

1.1. Problema de Pesquisa

O município de Jacareí, localizado na região do Vale do Paraíba, possui Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência de 0,397, maior que todos os outros municípios da região do interior paulista, e um dos maiores do Estado, além de figurar como um dos dez municípios com piora mais acentuada no índice de 2007 para 2012. Nesse sentido, faz-se necessário analisar os indicadores que constituem este Índice, de modo a compreender a realidade do município e fomentar políticas efetivas. Desta forma, ao analisarmos a situação do município em questão, é possível questionar quais indicadores estariam contribuindo para que Jacareí figurasse entre as dez cidades com piora mais acentuada nos indicativos de violência?

1.2. Justificativa

A violência entre jovens possui íntima relação com as desigualdades sociais e a falta de acesso à riqueza e cidadania, que acarreta à exclusão social. Combater o problema da crescente violência requer políticas públicas que busquem superar a condição vulnerável da juventude. Desta maneira, ao analisarmos a situação do

município de Jacareí, que figura entre os municípios com piora acentuada entre 2007 e 2012 no Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência, buscamos verificar os pontos importantes que condicionam o município a esta situação, verificando o aumento no Indicador de mortalidade por homicídio e do Indicador de mortalidade por acidentes de trânsito, de maneira a permitir a criação ou melhoria de políticas públicas eficazes.

1.3. Objetivos

1.3.1. Objetivo Geral

Analisar, através de dados de Relatórios sobre vulnerabilidade juvenil à violência e outras fontes, a situação de vulnerabilidade dos jovens no município de Jacareí, visando estabelecer base para a formulação de uma agenda de políticas públicas.

1.3.2. Objetivos Específicos

- Compreender a situação dos jovens, especialmente daqueles que se encontram em situações de vulnerabilidade.
- Descrever e analisar o contexto presente no relatório sobre vulnerabilidade juvenil;
- Investigar dados relacionados aos jovens em situação de vulnerabilidade no município de Jacareí;
- Analisar, comparativamente, os dados investigados de modo a propor agenda de pesquisa e elaboração de políticas públicas para o município estudado.

1.4. Metodologia

Este trabalho baseia-se em uma abordagem exploratória e descritiva de caráter documental, através de revisões e análises de publicações do governo federal referentes à temática da violência, adolescência e juventude. O primeiro

levantamento e organização de materiais foi direcionado a buscar fontes documentais relacionadas a juventude e violência.

Foi realizada leitura de documentos para selecionar dados importantes para o desenvolvimento do trabalho, buscando o cruzamento dos temas e informações.

Devido à complexidade dos dados encontrados, foi realizado levantamento de referências bibliográficas que, através de relatórios e pesquisas, permitiram compreender os cenários traçados nos dados oficiais. Portanto, a realização da coleta de dados, consistiu tanto em pesquisa bibliográfica, quanto documental.

Pesquisas características exploratórias manifestam-se ao procurar aprofundar o estudo sobre violência juvenil no país. Por outro lado, os elementos descritivos são demonstrados ao analisar a realidade violenta da juventude na sociedade brasileira, em específico no município de Jacareí.

Em geral, esta pesquisa procura constituir um panorama na forma de Estudo de Caso, buscando a compreensão da violência juvenil no município de Jacareí. É necessário salientar que este estudo foi realizado através de articulação de dados qualitativos e quantitativos obtidos de fontes secundárias.

Os aspectos quantitativos são apresentados no decorrer do texto por meio de tabelas e gráficos. Em complemento, a abordagem da pesquisa será de viés qualitativo, ao analisar a complexidade do fenômeno através de dados obtidos através do Banco de dados do Sistema Único de Saúde e o Subsistema de Informação sobre Mortalidade, que é baseado na coleta de declarações de óbito preenchidas por médicos e coletadas através dos cartórios em todo o país e é administrado pela Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS), em conjunto com as secretarias de saúde das esferas estaduais e Municipais.

Por fim, salienta-se ainda que a análise documental foi realizada através dos registros oficiais e da coleta documental, permitirá compreender os documentos oficiais, relatórios e tabelas, proporcionando base para estudo sobre o caso em questão.

Para tanto, a monografia se divide entre fundamentação teórica, onde serão abordados temas relevantes ao assunto, além de traçar perfil das políticas públicas existentes, para, enfim, ser proposta uma discussão.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A seguir serão abordados temas relevantes ao trabalho, como conceitos sobre juventude, violência, vulnerabilidade social, taxas de óbitos por violência; além da discussão com os dados do município de Jacareí, no que se refere a mortes por homicídios e acidentes de trânsito, de forma a fundamentar o debate sobre os dados analisados.

2.1. Juventude

Segundo o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA, 2014) existem em todo o globo hoje mais jovens na idade entre 10 e 24 anos do que em qualquer outro momento da história, contabilizando algo em torno de 1,8 bilhão de jovens, numa população de 7,3 bilhões. Para compreender este quadro, vale analisar que, segundo o Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas (UNFPA, 2014) em 1950 estes jovens correspondiam a cerca de 721 milhões no universo de 2,5 bilhões de pessoas.

Cerca de 89% destes jovens de 10 a 24 anos, ou seja, nove a cada dez, vivem em países menos desenvolvidos, onde prevalece a pobreza, desigualdade e a dificuldade de acesso a direitos básicos e a segurança (UNFPA, 2014).

No Brasil, a faixa etária que compreende dos 10 aos 29 anos correspondia a 38% da população total em 2000 (cerca de 65 milhões dentro da população de quase 170 milhões de brasileiros), e em 2010 correspondem a cerca de 36% dos 190 milhões de brasileiros. Este fenômeno de alargamento da pirâmide etária na juventude é um fenômeno que vem ocorrendo desde 1990 no Brasil, e, de forma sucessiva, ocasiona o aumento absoluto da população que vai se integrando às faixas etárias posteriores. Este fenômeno é chamado de onda jovem, segundo Horta e Sena (2010), e ocorre devido à queda de fecundidade, ao declínio da mortalidade infantil e ao aumento da esperança de vida.

A ideia de juventude é influenciada por conceitos demográficos, psicológicos e sociológicos (CASTRO & ABROMOVAY, 2004), que nem sempre consideram todos os aspectos sociais, de gênero, etnia, construções simbólicas e de identidade.

Esta imprecisão se expande em direção a distinção da juventude entre fase preparatória para a vida adulta e entre fase problemática. Segundo Cara e Gauto (2007, p. 171) o termo juventude fora transformado “em uma categoria social polissêmica, de difícil apreensão analítica”. Para os autores, nestas duas linhas de abordagem os jovens não são considerados sujeitos de sua vida e história, uma vez que, dentro das duas percepções levantadas anteriormente, estariam em fase de educação para enfrentarem desafios futuros oriundos da vida adulta, ou estariam em situação de risco e perigo, necessitando da tutela do Estado para breçar ameaças a juventude.

Estas duas abordagens segundo Cara e Gauto (2007) são regradas por perspectivas de classe, uma vez que a abordagem da juventude como período preparatório ficaria restrito a uma pequena minoria – pertencente às classes médias e altas – que poderia se dedicar exclusivamente a ocupação educacional. Já a abordagem da juventude como etapa problemática priorizaria ações de saúde e segurança pública, direcionadas a jovens das camadas populares – numa perspectiva compensatória, segundo os autores, de dar oportunidades a grupos vulneráveis de ingressarem em “uma espécie (...) de processo civilizatório” (CARA e GAUTO, 2007, p. 172).

Para Cara e Gauto (2007), a resposta a estas duas correntes é a concepção do jovem como solução, que se articula através da ideia do jovem como ator do desenvolvimento estratégico, por meio de promoção de capital humano e social de maneira a enfrentar a exclusão social e promover o dinamismo e o reconhecimento do jovem quanto sujeito dinâmico e participativo.

Segundo Margulis (2001), a complexidade da juventude não permite a definição etária desta fase. A juventude, seria, portanto, heterogênea, variando através de aspectos sociais, culturais, tecnológicos e econômicos, além das influencias exercidas pela geração que pertence e pela formação de sua identidade. Esta abordagem considera não somente o aspecto biológico, mas o sociológico, uma vez que aborda a juventude como uma fase de reconhecimento, formação e incorporação de significações e experiências.

Nesse contexto, é necessário contextualizar que a primeira política pública voltada para a juventude foi o “Código de Menores do Brasil”, em 1927. Segundo Cruz Neto (2001) esse código se baseava na manutenção da ordem social através

da moralização da juventude, através de mecanismos que protegeriam os jovens de eventuais desvios que atrapalhassem a ordem e o trabalho. Este código formulou a ideia de que o Estado poderia desenvolver através deste enquadramento moral adultos preparados para o mercado de trabalho – característica encontrada no Serviço de Atendimento ao Menor de 1941 (CASTRO & ABROMOVAY, 2004).

A elaboração de novas políticas pelo regime ditatorial em 64, fora realizada em conjunto com a Lei de Segurança Nacional, criando a Política Nacional de Bem-Estar do Menor, gerida pela Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM). Segundo as autoras, esta política perpetuava a lógica engendrada desde o Código de Menores, “segundo a qual o jovem pobre era potencialmente um infrator que deveria ser reconduzido às malhas do sistema” (CASTRO & ABROMOVAY, 2004, p. 11).

Segundo Castro e Abramovay (2004) até meados dos anos oitenta as principais políticas públicas fundamentavam-se em adequar o comportamento dos jovens a um estado de aceitabilidade e em prestar assistência para salvaguardar os jovens da transgressão e rebeldia, focando principalmente em jovens dos setores populares. Contudo, com o crescimento da participação política da sociedade, buscou-se a descentralização das políticas públicas, através de pautas oriundas das discussões políticas e sociais.

Desta forma, após campanhas de representação popular sobre a juventude, criou-se em 1990 o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que propagou o conceito de cidadania na proteção dos direitos e deveres. Castro e Abromovay (2004, p.16) reiteram que apesar de ser direcionado para crianças e adolescentes, o ECA é “considerado a mais acabada proposta do governo para crianças e jovens”, uma vez que amplia a participação da sociedade de maneira organizada, através de Conselhos Tutelares e de Direitos, e integra a sociedade civil e a formulação de políticas.

Desta forma, verifica-se que a problematização do comportamento da juventude como rebelde e prejudicial a interação com a fase adulta, é consequência de todo um ideário construído desde o início do século passado, que colocava a fase adulta de maneira antagônica a fase juvenil. Para romper com este paradigma, faz-se necessário a participação da sociedade e da juventude na promoção e criação de

políticas públicas, promovendo a construção de uma nova relação cidadã, conforme salienta Kerbauy (2005).

A bibliografia sobre juventude possui variada concepção sobre o termo, principalmente no que tange a faixa etária compreendida e a noção de juventude. A Organização Mundial de Saúde (OMS) considera o período da juventude entre os 15 e 24 anos; o Ministério da Justiça considera a juventude o período entre 12 e 29 anos, enquanto o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) considera entre 12 a 18 anos e o Conselho Nacional da Juventude (CNJ) de 15 a 29 anos, definição disposta no Estatuto da Juventude de 2013. Segundo Horta e Sena (2010) esta indefinição conceitual do que corresponde a adolescência e juventude repercute na estruturação das políticas públicas para essa população.

Para Silva e Silva (2011), essas concepções distintas salientam a necessidade de tratar o jovem a partir de suas diferentes identidades e singularidades. Portanto, muito mais que apenas delimitar faixa etária que cobre a juventude, se faz necessário assumir e compreender que se trata de uma pluralidade que não pode ser reduzida em simples definições.

Dada a existência de diferentes definições da faixa etária que contemplaria a juventude, para fins de desenvolvimento deste trabalho, utilizaremos a escala utilizada pelo Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência (BRASIL, 2015), uma vez que seus dados são resultados da metodologia baseada em determinada faixa etária. Os componentes deste indicador se referem a juventude como faixa etária dos 12 aos 29 anos, seguindo uma definição da metodologia utilizada.

Segundo a publicação, o índice expressa as “diferentes situações de vulnerabilidade à violência” que atinge a juventude, analisando que entre os jovens de 15 a 29 anos as causas que mais contribuem com a vulnerabilidade à violência são o desemprego ou formas precárias de inserção no mercado de trabalho, enquanto para os jovens com menos de 14 anos a condição de frequência à escola é a que mais contribui (BRASIL, 2015).

Portanto, ao dimensionar o jovem deve-se compreender a condição da juventude nos dias atuais, analisando este período não somente como transição da infância a fase adulta, mas também como período onde ocorrem variadas mutações psicológicas, culturais, sociais e biológicas (VILLA, 2000). Contudo, não é apenas

sobre o conceito de juventude que há multiplicidade de perspectivas, mas também na definição de violência, conforme abordaremos a seguir.

2.2. Violência

Existem diversas teorias sociológicas acerca do crime, analisando desde o que leva a prática criminosa ou a sua recusa, até o estudo do crescimento e redução das taxas de crimes. Estas teorias, no geral, segundo Nóbrega Júnior (2010) baseiam-se na análise patológica dos criminosos; na análise do crime como racionalização de ações de atores sociais visando maximizar ações; na análise do crime como consequência da desigualdade social; na compreensão da criminalidade como resultado da desordem social causada pela modernidade; e pela análise da criminalidade dentro de recorte específico de oportunidades e situações.

Segundo Alvarez (2002), os primeiros estudos objetivavam encontrar a causa motriz do comportamento criminoso e destruí-la, de forma a salvaguardar a sociedade de práticas criminosas. Essa pseudociência criminológica determinava biologicamente as causas que levavam a prática de crimes.

Estas teses defendiam a teoria do criminoso nato, que considerava que os comportamentos sociais eram determinados biologicamente, numa espécie de configuração primitiva do ser humano, tanto física quanto mentalmente, que era reproduzida no caso de criminosos.

Consequentemente, segundo Alvarez (2002, p. 679), as raízes do crime eram, portanto, biológicas, e podiam ser identificadas através de “estigmas anatômicos dos indivíduos”. Este tratamento do crime como fenômeno primitivo e invariavelmente hereditário fora abandonado após a Segunda Guerra Mundial, por ser considerada racista. No entanto, para Nobrega Junior (2010) este discurso ainda se encontra estereotipado em muitas compreensões, como por exemplo, no caso de muitos discursos policiais.

Desse modo, desenvolveu-se no início do século XX a *Teoria da Desorganização Social*, que tratava a criminalidade como consequência do desajuste social provocado pela urbanização descontrolada, ausência do poder público, deterioração espacial e a família desajustada. Este conceito, segundo Nobrega Junior (2010), que buscava explicar a relação entre problemas sociais,

criminalidade e delinquência, fora aplicado pela Universidade de Chicago, que buscava compreender a realidade enfrentada pela cidade, que após rápido crescimento industrial, viu suas taxas de criminalidade subirem exponencialmente. Desta forma, o rápido crescimento aliado as mudanças ocorridas em decorrência do progresso, teriam agido como forças desorganizadoras que degradaram as regras sociais que vigoravam, aumentando assim a criminalidade.

O conceito tratando a desorganização social como causa básica para o comportamento criminoso, tornando-se sistemático, organizado e persistente, defendia que a desorganização das convencionais formas sociais ocasionadas pela rápida expansão industrial e urbana, permitiu que a criminalidade se estabelecesse, influenciando grupos e indivíduos.

No entanto, críticos a este conceito defendiam que determinadas estruturas sociais exerciam pressão sobre espectros da sociedade, levando a condutas diferentes das consideradas normais, não aceitando a teoria de que a criminalidade era somente resultado natural de falhas sociais (MERTON, 1957, apud NOBREGA JUNIOR, 2010).

Já outra corrente defendia que mesmo em sociedades desorganizadas não há a ausência de organização social, que se garantiria através do estabelecimento de relações entre família, sociedade e indivíduo. Desta forma, defeitos de organização não devem ser confundidos com falta de organização (NOBREGA JUNIOR, 2010).

Outra teoria considera que o crime não é consequência direta da desorganização social, mas sim de uma organização diferencial e da aprendizagem. Esta teoria, denominada *Teoria do Aprendizado Social*, considera a conduta social resultado direto da aprendizagem adquirida na experiência com o outro, modelando o comportamento individual através da experiência social (NOBREGA JUNIOR, 2010). Segundo o autor, o crime passa a ser tratado não como “anormal, nem sinal de uma personalidade imatura, senão um comportamento ou habito adquirido, isto é, resposta a situações que o sujeito aprende”.

Esta teoria refuta a patologia envolta das primeiras teorias sobre criminalidade, e trata o crime como algo que se aprende e adquire com o contato com valores, definições e condutas no processo de interação.

Desta forma, a aprendizagem se estabelece através da comunicação e interação, além do grau de confiança e identificação com aquele meio, através da intimidade estabelecida no contato interpessoal (NOBREGA JUNIOR, 2010). Para o autor. O processo de aprendizagem do comportamento criminal varia de acordo com o contato distinto que o indivíduo estabelece com os modelos delitivos e não delitivos. Desta forma, conclui o autor, esta teoria vai de encontro com os modelos de reeducação e modificação de conduta.

Há ainda teses que teorizam sobre o que leva um indivíduo se abster da prática de delitos, defendendo que quanto maior o nível de envolvimento do cidadão com o sistema e com a sociedade, menor será a chance de envolvimento deste indivíduo com a criminalidade. Esta teoria era defendida por autores que relacionavam as práticas de jovens delinquentes com a ausência de controle social (CERQUEIRA & LOBÃO, 2004).

Segundo obra de Cerqueira et al. (2007) o crescimento de homicídios pode ser diretamente ligado ao descumprimento das relações contratuais entre indivíduos e instituições, baseando-se na ineficiência das instituições coercitivas, como o sistema de justiça.

Há a teoria do Autocontrole, onde associa-se os comportamentos desviantes ao processo de desenvolvimento de mecanismos psicológicos de autocontrole na faixa etária dos 2 e 3 anos. Este comportamento desviante seria consequência das deformações que acompanharam a criança no processo de socialização, principalmente na falha de imposição de limites. Segundo Nobrega Junior (2010), essa deformação educacional fragmentaria o autocontrole do adolescente, levando a prática de crimes. No entanto, a psicologia não afirma que transtornos decorrentes da falha de autocontrole representem características na personalidade do indivíduo.

Há outra teoria com forte caráter psicológico, segundo Nobrega Júnior (2010), que é a Teoria da Anomia, que se baseia na frustração de determinado indivíduo perante suas defasagens tanto econômicas quanto sociais. Desta maneira a criminalidade seria consequência da impossibilidade de alcançar seus desejos.

Barata e Ribeiro (2000) trabalham com a hipótese de que a criminalidade é resultante da pobreza, heterogeneidade social e mobilidade. Os autores ressaltam a importância de analisar o impacto da desigualdade social, do crescimento

populacional e da urbanização em detrimento de análises que primem apenas por analisar a pobreza, que pode ser consequência direta de aspectos econômicos.

Peralva (2000) critica a simples associação entre desigualdade, pobreza e violência, refutando este argumento como explicativo. No entanto, salienta que a geografia das mortes violentas em bairros mais pobres torna necessário aprofundamento sobre os condicionantes da violência dentro dos parâmetros de desigualdade e pobreza.

Já a Teoria Econômica da Escolha Racional considera que a criminalidade é decorrência de uma avaliação racional feita entre a maximização que poderia ser obtida no mercado formal, contra a maximização do mercado ilícito (NOBREGA JUNIOR, 2010).

Soares (2008) em sua obra aborda que a metropolização e crescimento das taxas de homicídio nem sempre possuem relação, variando de localidade, mas, no geral, compõe uma variável importante para compreensão das taxas de homicídio. Segundo Nobrega Junior (2010) nos Estados Unidos por exemplo, cidades pequenas e grandes apresentam taxas elevadas, independentes do nível de industrialização e urbanização, enquanto na América Latina as taxas das capitais e das cidades são geralmente maiores que a taxa dos países.

Portanto, as obras e abordagens sobre homicídios possuem diversidade teórica e resultados distintos. Diversas ferramentas e ferramentas são utilizadas, como testes empíricos ou questionários aplicados, mas não garantem uma análise única e irrestrita.

Segundo Nobrega Junior (2010) a criminalidade possui explicações multivariadas, variando dentro de contextos nacionais, por exemplo, onde uma determinada região, varia de todo o contexto estadual ou municipal.

Variáveis como densidade demográfica, pobreza e desigualdade social podem ser relacionadas com a criminalidade, mas nem sempre alcançam resultados uniformes que possam ser generalizados. Se faz necessário, portanto, analisar as diversas variáveis e os diferentes contextos, sem basear-se em considerações teóricas pré-determinadas.

2.3. Vulnerabilidade Social

Segundo Abramovay (et al., 2003) os trabalhos sobre vulnerabilidade social ganharam força nas últimas décadas, com o desenvolvimento de análises que contemplavam não somente a abordagem sobre a pobreza, mas diversos sentidos de desvantagem social, como dificuldade de mobilidade social e configurações de vulnerabilidade.

Para Vignoli (2001), estas debilidades se revelam de forma negativa nas relações simbólicas e materiais dos indivíduos, restringindo o acesso a criação de valores culturais, econômicos e sociais. A situação de vulnerabilidade, segundo Abramovay et al. (2003) se caracteriza pelo impedimento de acesso a recursos materiais ou simbólicos, às estruturas postas pelo mercado, Estado e sociedade, e pelo uso estratégico dos recursos materiais ou simbólicos.

Nesse entendimento, é possível afirmar que o acesso a recursos materiais está relacionado diretamente à posse e controle de recursos materiais ou simbólicos que, por sua vez, permitem a criação e desenvolvimento dos indivíduos como atores na sociedade. Ademais, é possível enfatizar ainda seu uso estratégico como forma correlacionada a determinadas mudanças estruturais ou dentro de determinados contextos socioculturais.

As estruturas e oportunidades providas pelo Estado, sociedade e mercado são vinculadas aos níveis de bem-estar, relacionando-se com ascensão social, oportunidades, e utilização eficiente dos recursos materiais e simbólicos, tanto em sua simples utilização, quanto na formulação de novos recursos. Vignoli (2001) ressalta que a vulnerabilidade pode ser compreendida como a insuficiência de recursos, habilidades e características inerentes de determinados grupos sociais perante as oportunidades oferecidas pelas estruturas oferecidas pelo Estado e mercado, dificultando o crescimento dos níveis de bem-estar e acarretando no deterioramento das condições de vida destes atores sociais.

Portanto, certos atores sociais podem ser mais ou menos suscetíveis às estruturas de oportunidades devido seus ativos recursos materiais ou simbólicos. Desta forma, a população jovem vitimada pela violência pode ser compreendida através de análises de vulnerabilidade social, uma vez que seus recursos parecem

sucumbirem diante das atuais estruturas postas, dificultando o desenvolvimento e o aprimoramento destes.

2.4. Taxas de óbitos por Causas Externas no Brasil

Os dados apresentados a seguir foram obtidos junto ao Ministério da Saúde e seu banco de dados online no Subsistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), que funciona como agregador de notificações de óbitos em todo o território nacional, consolidando e transferindo os dados para o Ministério da Saúde e a Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS).

O Subsistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) segue a décima revisão da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), adotada pelo Ministério da Saúde. Nosso estudo se baseia no Capítulo XX, que cataloga as “causas externas de morbidade e mortalidade”, ou seja, causas externas são os óbitos causados independente da deterioração natural do organismo, através de fatores que levem a morte. Estas causas externas são compostas por circunstâncias acidentais – como acidentes de trânsito, quedas fatais, etc.; – e violentas – homicídios, suicídios, etc.

Uma vez que o SIM recebe e agrega as declarações de óbito, ele se utiliza de uma espécie de formulário onde consta sexo, idade, estado civil, profissão, naturalidade, lugar do falecimento e causa. Quando um óbito é registrado por causas externas, busca-se descrever a natureza da lesão, e, para tanto, se faz necessário a utilização da décima revisão da Classificação Internacional de Doenças.

Para a codificação dos óbitos, se utiliza a causa básica que levou a morte do indivíduo. O capítulo XX da CID-10 propõe as seguintes definições das causas de óbitos: Acidentes de Transporte, que incorpora além dos acidentes de trânsito, acidentes derivados das atividades de transporte; Homicídios, que atendem pelo título de “agressões”, por serem caracterizados por agressões intencionais de terceiros, visando provocar lesão ou danos que levem a morte; e suicídios, que correspondem ao título de “lesões autoprovocadas intencionalmente”.

No entanto, as Causas Externas encontradas no Capítulo XX da CID-10 não correspondem apenas as três categorias abordadas acima, mas englobam também

causas externas como quedas, afogamentos, exposição à fumaça e fogo, envenenamento, eventos cuja intenção é indeterminada e outras causas externas.

Uma vez que propõe-se uma análise sobre a violência contra a juventude, serão analisados os três primeiros exemplos – acidentes de transporte, suicídios e homicídios -, que, segundo a produção acadêmica, podem ser englobadas numa denominação de violência.

2.5. Violência através de dados

A Figura 1, encontrada na obra de Waiselfisz (2014), ilustra a escalada da violência, através das taxas de mortalidade violenta na população brasileira, no período entre 1980 e 2012. Nota-se a maior incidência de mortes – a cada 100 habitantes - acarretadas por homicídios (29,0), seguida por acidentes de transporte (23,7) e suicídios (5,3).

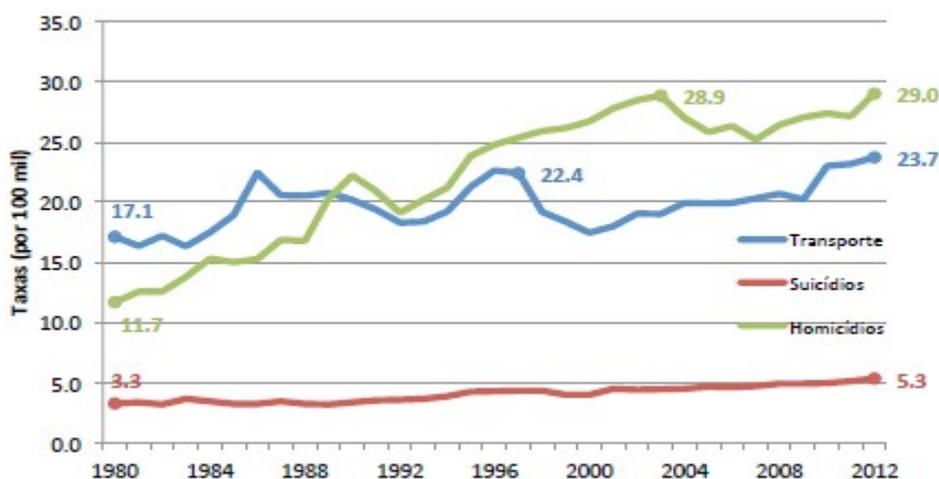


Figura 1 Taxa de mortalidade violenta (por 100 mil). População Total. Brasil. 1980/2012.

Fonte: Adaptado de Waiselfisz (2014, p. 15).

Buscando compreender as taxas de mortalidade na população jovem, serão

Tabela 1 Estrutura da mortalidade: Taxas de óbitos (por 100 mil) segundo Causa. População Jovem e Não Jovem. Brasil. 1980/1990/2000/2010/2012

Ano	População Não Jovem					População Jovem				
	Total	Causas Externas	Transporte	Suicídios	Homicídios	Total	Causas Externas	Transporte	Suicídios	Homicídios
1980	828,7	53,2	16,4	2,8	8,5	146,6	73,3	18,9	4,4	19,6
1990	727,5	59,8	19,1	3,1	14,7	158,3	95,5	22,9	4,1	41,2
2000	718,3	58,8	16,3	3,8	16,7	148,8	97,4	20,3	4,5	52,3
2010	761,3	65	20,7	4,8	17,4	147,2	102,6	29,3	5,5	54,5
2012	778,4	68,2	21,7	5,2	18,5	148,9	105,8	29,4	5,6	57,6

Fonte: Adaptado de Waiselfisz, (2014, p.19).

utilizados dados obtidos no sistema online do Subsistema de Informação sobre Mortalidade (SIM/DATASUS, 2015). Conforme abordado nos tópicos anteriores, a faixa etária que engloba a juventude varia muito. Desta forma, será utilizada a definição imposta pelo SIM, que trata como jovens a faixa etária dos 15 aos 29 anos de idade, enquanto não jovens seriam os menores de 15 anos e os que já ultrapassaram os 29 anos. Os dados sintetizados estão dispostos na Tabela 1, ilustrando as taxas de óbitos (por 100 mil habitantes) nos anos 1980, 1990, 2000, 2010 e 2012, visando evidenciar a escalada dos valores com o passar das décadas.

Assim posto, pode-se verificar que as taxas de óbitos por 100 mil referente a homicídios quase triplicaram no período entre 1980-2012 entre o grupo de Jovens, passando de 19,6 para 57,6; enquanto na população não jovem este mesmo índice cresceu um pouco mais que o dobro, passando de 8,5 para 18,5. Estes números evidenciam que as maiores taxas de obtidos por homicídios se encontram na faixa etária entre 15 e 29 anos.

Entre a população não jovem as taxas de óbitos por transporte são maiores em todos os períodos do que as taxas de homicídios, diferente das taxas da população jovem, que sempre apresentaram maiores índices de obtidos por homicídio do que de óbitos por transporte.

No mais, verifica-se que a incidência de óbitos é maior na população jovem em todos os espectros relacionados, tanto na taxa de óbitos por causas externas, quanto nas taxas de transporte e suicídios.

Interessante salientar que as taxas no ano de 1980, embora já demonstrassem maiores incidências na população jovem, eram mais próximas que nas décadas seguintes, quando passa a ocorrer um crescimento vertiginoso nas causas externas relacionadas aos óbitos na juventude, impulsionados pelo grande crescimento das taxas de homicídio já em 1990.

Analisando os totais de óbitos na população não jovem, conforme Tabela 2, verificamos que em 1980 as mortes violentas, representadas pela soma de mortes causadas por acidentes fatais no transporte, por homicídios e suicídios, representavam 3,33% do total de óbitos registrados neste ano para a população não jovem – com menos de quinze anos, e mais de 29 -. Em 1990, essas mortes violentas representaram 5,07% do total, enquanto em 2000, equivalia a 5,12%. Por fim, em 2010 este número correspondia a 5,63 do total de óbitos.

Tabela 2 Estrutura da mortalidade: número de óbitos segundo causa, população não jovem. Brasil.

Ano	População Não Jovem					
	Total de óbitos	Causas Externas	Transporte	Suicídios	Homicídios	Violenta (1+2+3)
1980	700084	44914	13851	2373	7151	23375
1990	753083	61917	19784	3181	15259	38224
2000	875385	71697	19921	4638	20302	44861
2010	1061394	90592	28850	6633	24283	59766
2011	1095043	93415	29532	6898	24727	61157

Fonte: Adaptado de Waiselfisz, (2014, p.24).

A tabela 3 contém os dados totais de óbitos para a população jovem, nos mesmos períodos abordados anteriormente, e demonstra uma situação alarmante. Já em 1980, enquanto para a população não jovem as taxas de óbitos ocasionadas por violência correspondiam a 3,33%, para a população jovem essa taxa já representava 29,21% dos totais dos óbitos. Em 1990, os óbitos por causas violentas representavam 43,14%, enquanto em 2000, já representavam mais da metade das causas de óbito entre a população jovem, cerca 51,78%. Em 2010, este número chegou a 60,68%, ou seja, 6 entre cada 10 óbitos ocorridos entre os 15 e 29 anos, foram consequências de óbitos violentos.

Tabela 3 Estrutura da mortalidade: número de óbitos segundo causa, população jovem. Brasil.

Ano	População Jovem					
	Total óbitos	Causas Externas	Transporte	Suicídios	Homicídios	Violenta (1+2+3)
1980	50643	25298	6514	1523	6759	14796
1990	64201	38739	9305	1664	16730	27699
2000	71301	46700	9724	2142	25058	36924
2010	75553	52664	15058	2815	27977	45850
2011	75455	52427	15021	2954	27471	45446

Fonte: Adaptado de Waiselfisz, (2014, p.24).

Segundo Waiselfisz (2014), foram registrados no período entre 1980 e 2011 cerca de 27 milhões de óbitos da população não jovem, sendo que o total de óbitos por causas externas corresponde a cerca de 2,2 milhões, onde aproximadamente de

1,4 milhões fora ocasionado por causas violentas – cerca de 5% apenas do total e correspondendo a 61% das causas externas, onde 24,6% seriam resultantes de homicídios.

Já no mesmo período, a população jovem possui o total de um pouco mais que 2,1 milhões de óbitos registrados, correspondendo a causas externas 1,3 milhões. Neste universo, um pouco mais de 1 milhão correspondem apenas a óbitos ocasionados por causas violentas – cerca de 47% do total e 75,5% do total das causas externas, onde dentro destas causas externas, cerca de 45,5% seriam resultantes de homicídios.

Considerando apenas a causa de óbito por homicídios, em 2011 essa taxa chega 36,4% do total de óbitos na população jovem, enquanto na não jovem, corresponderia a somente 2,25%! Se considerada a participação dos casos de homicídio somente dentro das causas externas, enquanto na população jovem corresponderiam a mais da metade dos óbitos, cerca de 52,3%, na população não jovem essa taxa corresponderia a 26,7%, algo como 1 em cada 4 óbitos registrados na população não jovem.

Utilizando dados da obra de Waiselfisz (2014), verifica-se que no período mapeado entre 1980 e 2011, o total de homicídios na população não jovem, correspondem a 534.864 dos casos, enquanto na população jovem, esse número é de 607.224. Desta forma, corresponderiam a 1,99% do total de óbitos entre a população não jovem, e a 28,4% na população jovem.

A figura 2 ilustra as taxas de mortalidade por idade no Brasil, em 2011. Nele pode-se verificar que as taxas de mortalidade violenta – ou seja, soma das taxas de homicídios, suicídios e transporte – ultrapassam os 100 óbitos para cada 100 mil jovens.

De forma geral, o Figura 2 ilustra bem que as taxas mais altas de óbitos causas por homicídios e transportes se aloca necessariamente entre os 15 e 29 anos – com exceção das taxas de óbitos causados por acidentes na faixa etária após os 80 anos, que são bem semelhantes com as encontradas próximo aos 20 anos. No mais, a taxa de suicídio se mantém razoavelmente estável.

Verificamos forte tendência da taxa de homicídios na faixa etária de 15 a vinte anos, quando atinge o pico de 70,0 por cada 100 mil habitantes. As taxas de mortalidade por causas de transporte crescem a partir 15 anos, provavelmente

relacionado com o período em que se inicia a condução de automóveis, fazendo-se vítimas já na direção e não apenas como pedestres.

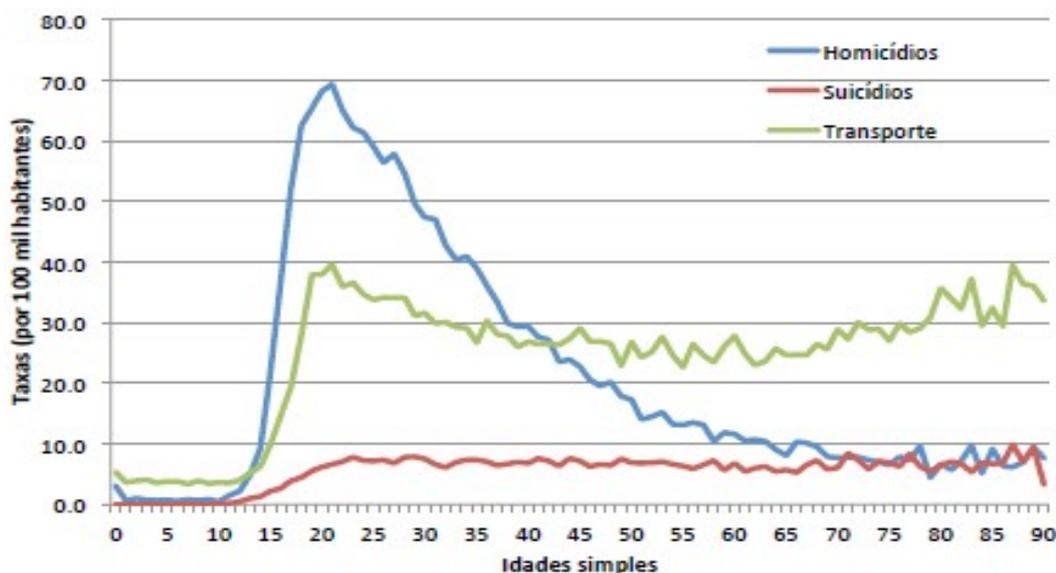


Figura 2 Taxas de Mortalidade Violenta por Idade. Brasil, 2011.

Fonte: Waiselfisz (2014, p.15).

Segundo Waiselfisz (2014), que analisa os dados de óbito entre o período de 1980 e 2012, as taxas de mortalidade caíram 3,7% neste período – passando de 631 por 100 mil habitantes, em 1980, para 608, em 2012 -, enquanto as taxas por causas externas aumentaram 32,8%. Essa elevação se dá pelo vertiginoso crescimento das taxas de homicídio (148,5%), suicídio (62,5%) e transporte (38,7%).

Por fim, a Tabela 4 que contém as taxas de mortalidade para cada 100 mil habitantes por idade. Contempla-se o período que engloba as faixas etárias consideradas como de juventude, além de idades próximas, para evidenciar o crescimento de incidência destas taxas na população jovem.

Verifica-se que a partir dos 15 anos as taxas de Violência passam para 36,4, um crescimento de mais de 76%, enquanto as taxas de Homicídio sobem 96% dos 14 aos 15 anos. Analisando a média das taxas pela faixa etária de 15 aos 29 anos, encontra-se uma taxa média de óbitos ocorridos por violência a cada 100 mil habitantes de 99,6, enquanto a média de óbitos ocasionados por homicídios seriam correspondentes a 61,9. A média das taxas de transporte e suicídios, seriam, respectivamente, 31,7 e 6,0.

Tabela 4 Mortalidade Violenta por Idade. Brasil, 2012.

Idade	Violência	Transporte	Suicídios	Homicídios
0	9	4,3	0	4,7
5	4,8	3,9	0	0,9
10	5,7	4,5	0,1	1,1
11	5,8	4,2	0,5	1,2
12	6,9	3,9	0,6	2,4
13	10,6	5,6	1	4
14	20,6	7,1	1,2	12,3
15	36,4	9,9	2,4	24,2
16	61,5	16	3,3	42,2
17	87,4	21,7	3,7	62,1
18	99,8	28,4	4,7	66,7
19	115,3	36,6	5,8	73
20	118,7	37,2	5,2	76,3
21	124	42,8	6,2	75
22	114,3	37,1	7,1	70,2
23	117,4	37	7,3	73,1
24	113,4	38	6,5	68,9
25	109,2	37,4	7,5	64,3
26	102,6	33,7	7,2	61,7
27	98,5	34,7	7,8	56,1
28	97,2	32	7,7	57,5
29	99,1	34,3	7,6	57,3
30	89,4	31,6	7,3	50,6
31	89,2	32,6	7,2	49,3
32	82,8	30,2	7,1	45,5
33	79,7	29,1	7,4	43,2
34	79,9	31,1	7,4	41,4
35	80	31	6,8	42,2
40	61,1	25,3	6,8	29
45	60,4	30	6,7	23,6
50	49,3	25,8	7	16,4
55	44	25	7,3	12,3
60	40	23,7	5,6	10,8
65	36,8	22,4	5,2	9,2
70	38	23	7,1	7,8
75	46,2	32,1	6	7,5
80	46,5	29,1	9,5	7,9
85	44,1	32,3	7,9	3,9
90	44,6	26,6	6	12

Fonte: Adaptado de Waiselfisz, (2014, p.14).

Com essas médias, portanto, verifica-se que os índices de mortalidade por violência na faixa etária da juventude, é muito maior que as taxas encontradas nos demais anos, tornado a taxa de 99,6 a cada 100 mil habitantes não superada em qualquer outra idade. A taxa de homicídios também se mostra elevada, uma vez que as demais idades não possuem uma taxa próxima a 61,9 a cada 100 mil habitantes.

Ademais, a média da taxa de transporte na faixa de 15 aos 29 anos é ligeiramente derrubada pelos baixos índices encontrados entre os quinze e dezesseis anos, relacionados a idade mínima para direção de automóveis. Desta maneira, a média de 31,7 acaba não ficando muito distante das demais taxas por

idade neste quesito. Se considerado apenas a partir dos 18 anos – idade mínima para obter habilitação – até os 29 anos, a taxa subiria para 35,7, acima de todas as demais taxas encontradas. Já a média da taxa de suicídio, 6,0, se mantém próxima ou abaixo dos demais índices encontrados, embora alta, já que a média nacional é 5,0 por 100 mil (WAISELFISZ, 2014).

Portanto, evidencia-se que as taxas de violência, que engloba suicídios, homicídios e acidentes de transporte na população jovem possui índices muito elevados quando comparados com a população não jovem – aqueles com menos de quinze anos e mais de vinte e nove. Aliados, estas três causas são responsáveis por quase dois terços das mortes dos jovens em território nacional. Correspondem a 47,27%, enquanto entre os não jovens, este número não chega a 5%. A Figura 3 ilustra a relação entre mortes e óbitos totais na população jovem.

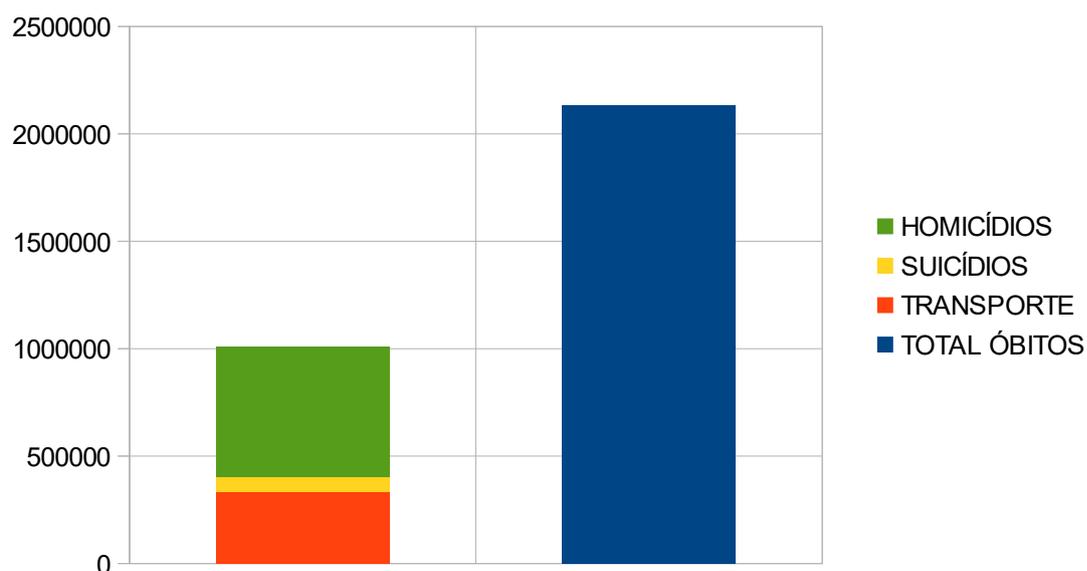


Figura 3 Relação entre mortes violentas e óbitos totais, população Jovem. Brasil. 1980-2011

2.6. Dados da Violência por Região

Analisando as Figuras '4 e 5, verifica-se o crescimento taxas de óbitos por Causas Externas desde 1996 até 2014, passando de 119.156 casos em 1996, para 153.869 em 2014, segundo dados do SIM/DATASUS (2015).

No mais, verifica-se uma tímida redução dos óbitos por causas externas na região sudeste, desde o início da série em 1996, com 63.156, chegando aos 56.574 casos em 2014. Pode-se ressaltar que embora tímida, esta redução de cerca de 10,4% é a única notada em todas as regiões do país neste período.

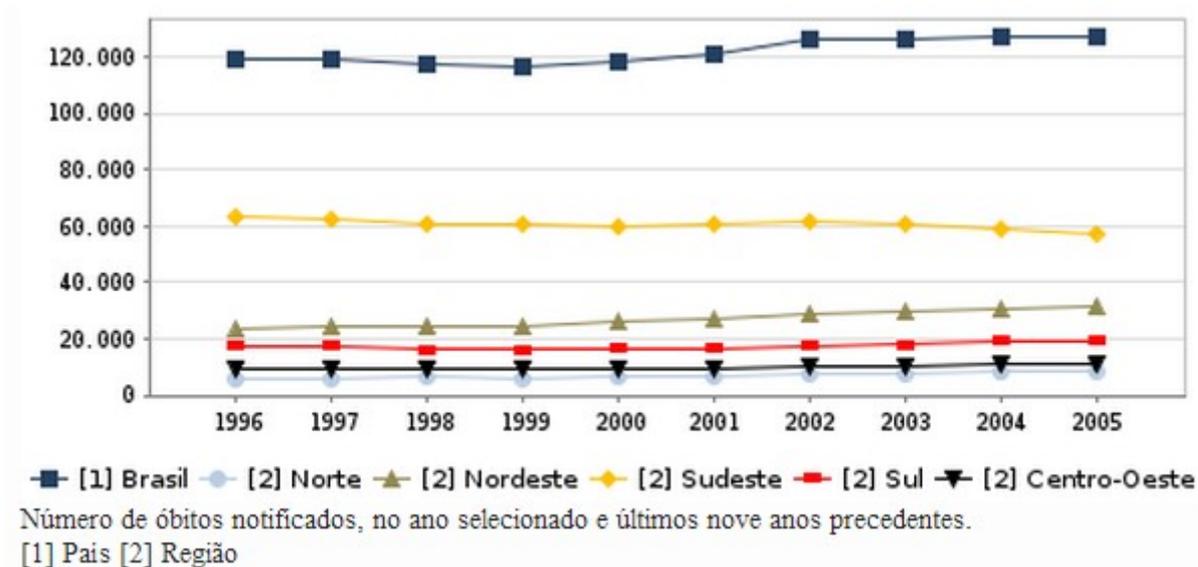


Figura 4 Número de óbitos por Causas Externas de mobilidade e mortalidade. Brasil. 1996-2005.

Fonte: SIM/DATASUS, julho de 2015.

Na contramão desta redução, se encontra o crescimento das taxas do Nordeste, passando de 23.892 para 48.898, num crescimento de cerca de 104%. Enquanto isso, o Norte passou de 5.851 para 13.498, cerca de 130% em 18 anos, ratificando-se como o maior crescimento dentre as regiões brasileiras. Já o Sul possuiu o menor crescimento da série, 18,7%, passando de 17.749 para 21.075. O Centro-Oeste viu o crescimento das taxas de óbitos por causas externas passarem de 9.018 para 13.724, crescimento de 52% no mesmo período analisado.

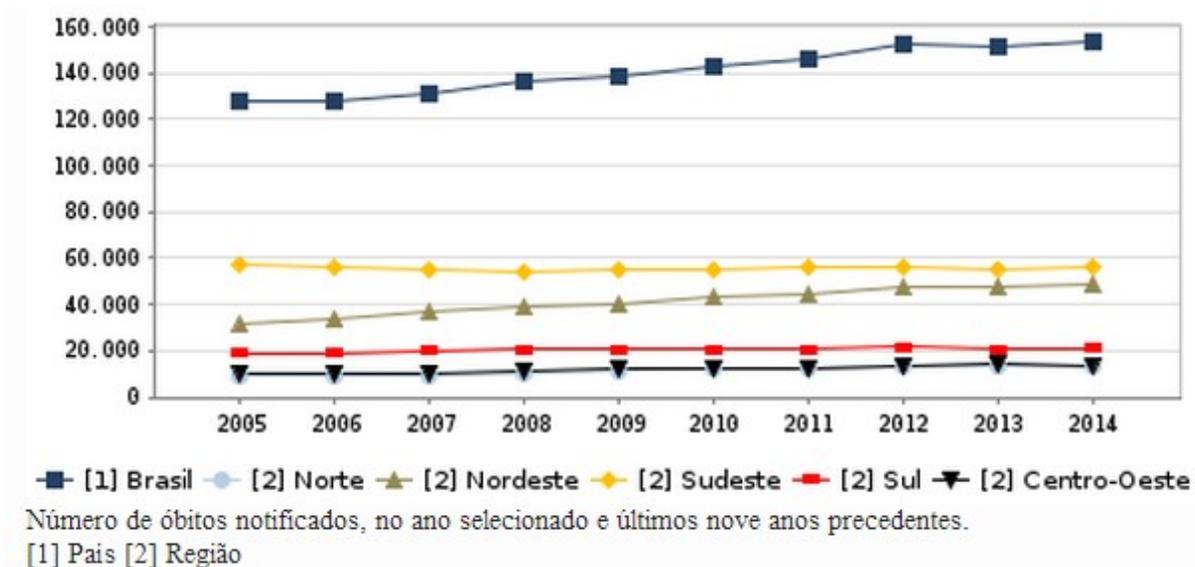


Figura 5 Número de óbitos por Causas Externas de mobilidade e mortalidade. Brasil. 2005-2014.

Fonte: SIM/DATUS, julho de 2015.

A seguir serão contempladas as taxas que compõe o número de óbitos por causas externas, dando especial atenção aos índices de homicídios, acidentes de trânsito e suicídios. Segundo Waiselfisz (2014), na década de 2002 a 2012, os números de homicídios registrados cresceram 13,4%, semelhante ao incremento populacional do mesmo período, próximo a 11,1%.

Verificando as Figuras 6 e 7 encontra-se a tendência de crescimento do número de óbitos por homicídios na população brasileira de 1996 até 2014, quando chegou aos 54.983 casos, ante os 38.894 casos do primeiro ano da série. Essas figuras, fornecem informações importantes para compreender a redução das taxas de óbitos por Causas Externas verificada anteriormente no Sudeste, uma vez que notamos grande redução no número de homicídios na região. A redução foi de 37,6%, de 22.801 para 14.220, de 1996 a 2014, embora seja importante ressaltar que fora atingido um pico em 2007, de 27.479 ocorrências. Considerando de 2007 para 2014, a redução foi de cerca de 51,7%, bem significativa para os padrões de violência no país.

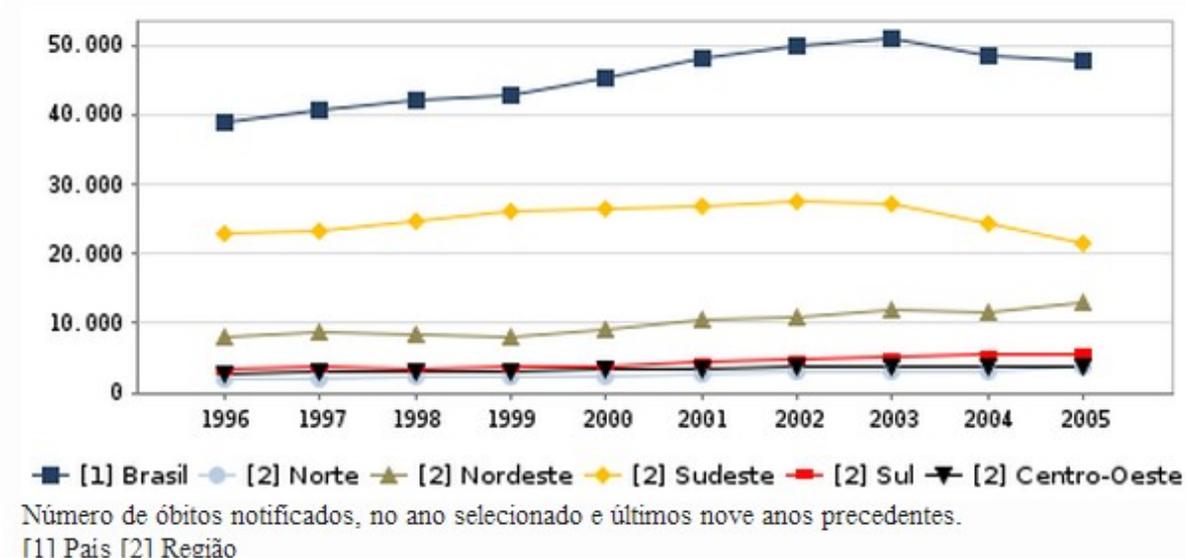


Figura 6 Número de óbitos por homicídios. Brasil. 1996-2005.
Fonte: SIM/DATUS, julho de 2015.

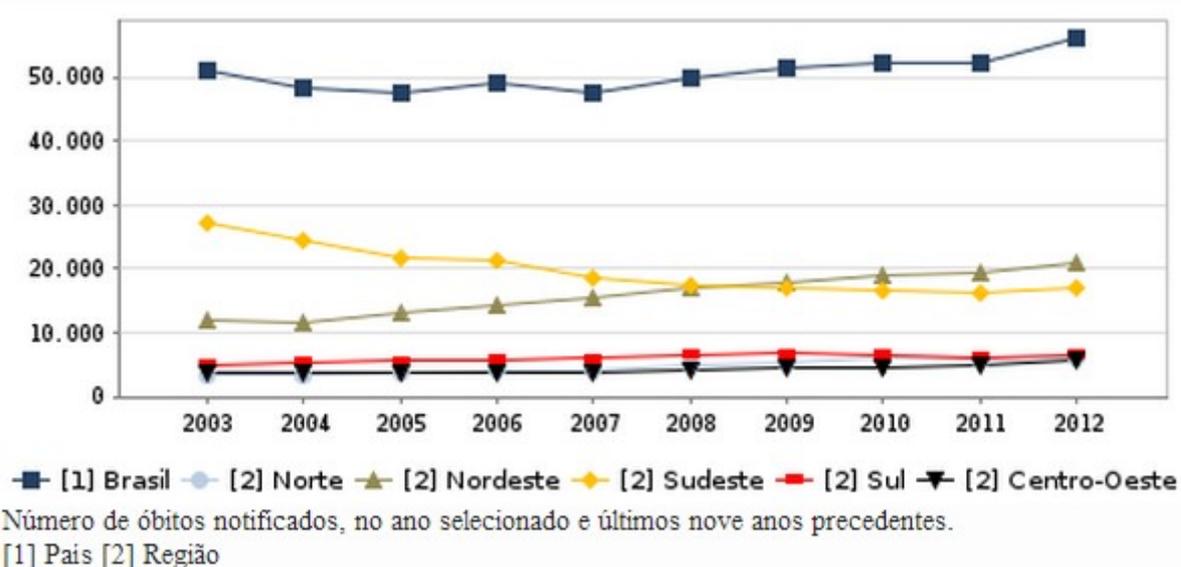


Figura 7 Número de óbitos por Causas Externas de mobilidade e mortalidade. Brasil. 2005-2014.
Fonte: SIM/DATASUS, julho 2015.

No caminho inverso, a região norte passou de 1.945 casos em 1996 para 6.176, um crescimento de 217%. Já a região nordeste teve um incremento de 176,9%, passando de 8.119 para 22.448 casos de homicídio.

A região Centro-Oeste no mesmo período passou de 2.773 casos para 5.675, crescendo 104,6%, enquanto a região Sul cresceu cerca de 98,5% vindo sua taxa de homicídio passar de 3.256 para 6.464.

Como pode ser verificado nas Figuras 8 e 9, os índices de óbitos por transporte passaram por certa redução no período entre 1997 e 2000, quando as taxas nacionais voltam a subir, atingindo o pico em 2012, quando registrou 44.139 casos, ante 28.345 da menor taxa da série, em 2000, e os 39.669 registrados em 2014.

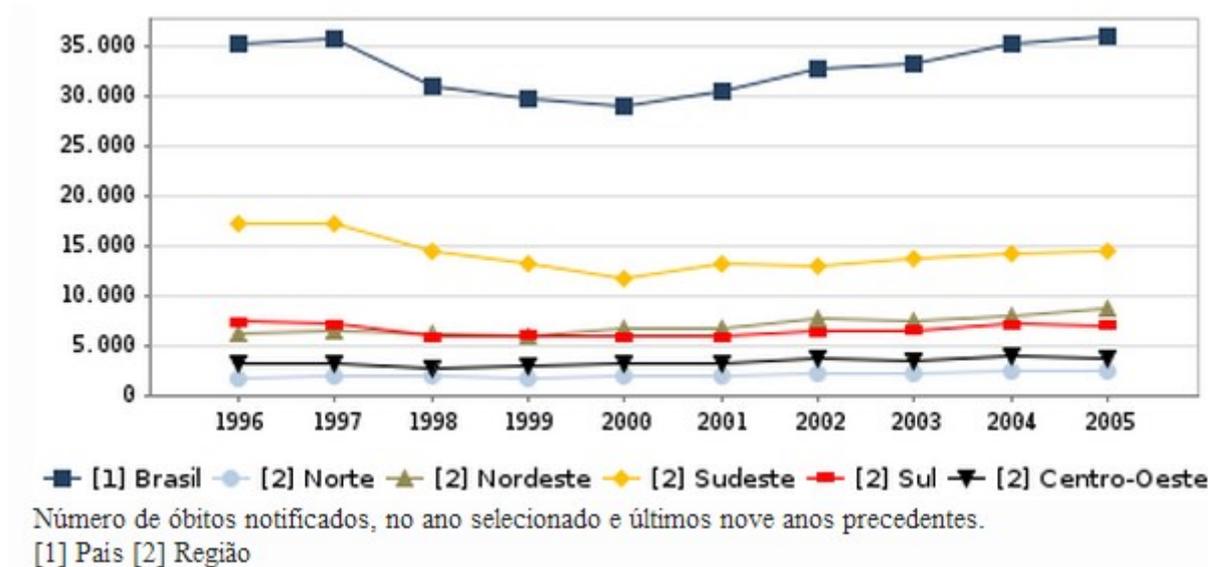


Figura 8 Número de óbitos por transporte. Brasil. 1996-2005.
Fonte: SIM/DATASUS, julho 2015.

Analisando essas Figuras (8 e 9), verificamos que a queda do número de óbitos nacionais fora reduzida quando a região sudeste viu suas taxas diminuírem consideravelmente, até o ano 2000, quando voltam a subir, e, a partir de então, aliadas as taxas do Nordeste que vinham crescendo, fazem com que a taxa nacional cresça. As figuras apontam ainda que a queda do número de óbitos nacionais fora reduzida quando a região sudeste viu suas taxas diminuírem consideravelmente, até o ano 2000, quando voltam a subir, e, a partir de então, aliadas as taxas do Nordeste que vinham crescendo, fazem com que a taxa nacional cresça.

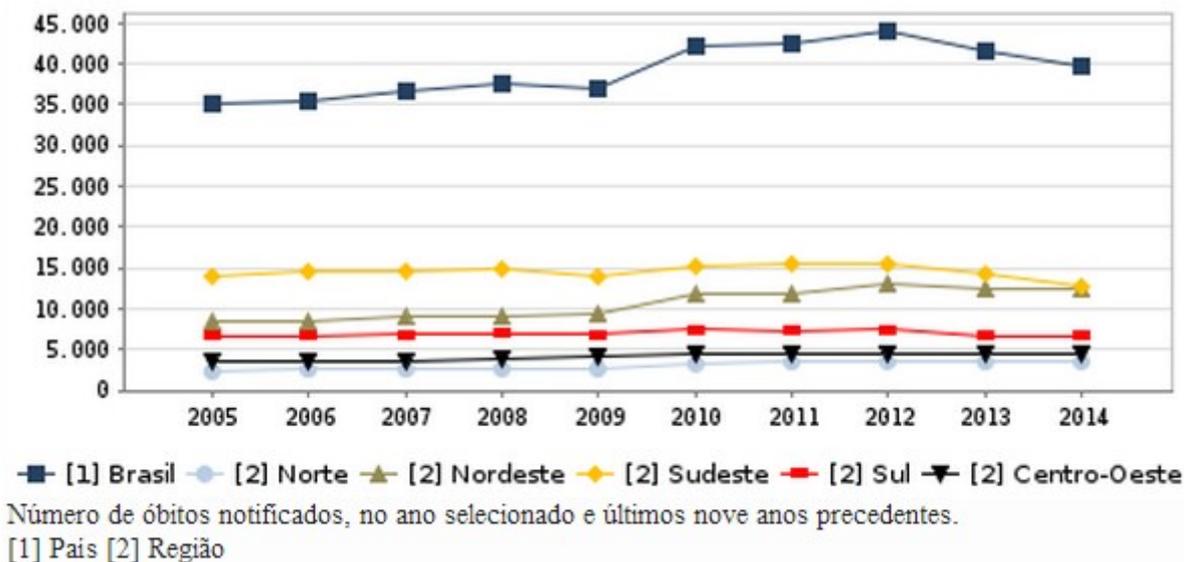


Figura 9 Número de óbitos por transporte. Brasil. 2005-2014.
Fonte: SIM/DATASUS, julho 2015.

Nesse contexto, é possível verificar certa tendência de redução nos números de óbitos por acidentes de transporte no Brasil nos últimos anos, quando a partir de 2012 as taxas do sul e sudeste passam diminuir, em contraste com as taxas do Nordeste que continuam crescendo.

2.7. Vulnerabilidade Juvenil à Violência

Desenvolvido junto ao índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial, o relatório sobre o Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência (IVJ - Violência) fora criado em parceria realizada pelo Ministério da Justiça e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2008 (BRASIL, 2015).

Este Indicador considera quatro dimensões para análise dos municípios com mais de 100 mil habitantes, tais como violência, frequência à escola e situação de emprego, pobreza no município e escolaridade.

O referido Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial (IVJ – Violência e Desigualdade Racial), analisa as 27 unidades da federação, considerando o risco relativo de jovens negros e brancos serem vítimas de assassinatos. Assim, é possível associar diferenças raciais à maior ou menor vulnerabilidade à violência. O índice se utiliza das mesmas análises do IVJ-Violência, mas acrescentando ao indicador de violência o fator de desigualdade

racial, que analisa desigualdades relativas às vítimas de homicídios de raça/cor diferente.

Salienta-se aqui a relevância desta pesquisa para análise da desigualdade no país. No entanto, como o IVJ-Violência e Desigualdade Racial é relativo apenas as unidades da federação, ele servira apenas como auxílio para compreensão do quadro geral que será observado no IVJ-Violência, que analisa os municípios de maneira individual.

O Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência (IVJ – Violência) classifica os municípios com mais de 100 mil habitantes, permitindo a análise das condições de vida da população jovem nessas áreas, permitindo aos gestores formular políticas públicas a partir de informações relevantes, interferindo diretamente na eficiência dessas ações (BRASIL, 2015, p.11).

A última formulação do IVJ – Violência contempla 288 municípios e fora realizado em 2012, e, quando comparado a edições anteriores, permite verificar os níveis de exposição de jovens à violência, permanência na escola, contexto socioeconômico e inserção no mercado de trabalho (BRASIL, 2015).

As dimensões desta análise consideram as seguintes variáveis: Violência entre os jovens (Homicídios e acidentes de transito), frequência à escola e situação de emprego, pobreza no município, e desigualdade. O IVJ- Violência considera a dimensão violência entre os jovens os indicadores de homicídios entre jovens e indicadores de mortalidades por acidentes de transito.

Já a dimensão de frequência à escola e situação de emprego considera os jovens que não frequentam a escola, jovens que não estudam e não trabalham, e jovens com inserção precária no mercado de trabalho, dentro do universo de jovens ocupados.

A dimensão pobreza no município considera as proporções de pessoas com renda familiar per capita inferior a um salário mínimo e meio, pessoas com mais de 25 anos e menos de oito anos de estudo e proporção de jovens residentes no município.

Por último, a dimensão desigualdade considera a proporção de domicílios localizados em assentamentos precários e a proporção de pessoas de 25 anos com mais de 11 anos de estudo.

A metodologia deste Índice estabelece que o cruzamento destas informações através de fórmula específica encontra maior ou menor taxa de vulnerabilidade conforme resultado se afasta ou se aproxima de zero. Quanto mais próximo a zero, menor a vulnerabilidade, enquanto mais próximo a 1, maior a vulnerabilidade.

Por fim, esses 288 municípios se distribuem entre cinco grupos de vulnerabilidade, sendo eles o Grupo 1 (índice até 0,300), *baixa vulnerabilidade* juvenil à violência, composto por 47 municípios com cerca de 10,5 milhões de pessoas, onde 3,2 milhões são jovens; Grupo 2 (IVJ entre 0,300 e 0,370), *média-baixa vulnerabilidade* juvenil à violência, composto por 79 municípios com cerca de 35,6 milhões de pessoas nos quais 11 milhões são jovens; Grupo 3 (mais de 0,370 a 0,450), *media vulnerabilidade* juvenil à violência, com 81 municípios e 35,6 milhões de habitantes, com quase um terço de jovens; Grupo 4 (mais de 0,450 a 0,500), *alta vulnerabilidade*, com 44 municípios e 11,4 milhões de pessoas, com cerca de 4 milhões de jovens; e, por fim, Grupo 5 (Índice maior que 0,500), *muito alta vulnerabilidade* juvenil à violência, composto por 37 municípios, com aproximadamente 15 milhões de pessoas, onde cerca de 5 milhões correspondiam a jovens.

2.8. Vulnerabilidade Juvenil à Violência – Dados

O estudo do Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência indicou grande relação entre vulnerabilidade juvenil à violência e território, uma vez que as diferenças regionais foram determinantes na obtenção de melhores ou piores condições de vida para a população jovem (BRASIL, 2015). Segundo o relatório, isso evidencia que a violência letal contribui de maneira mais acentuada para vulnerabilidade juvenil, evidenciando que as condições macroeconômicas e sociais do contexto em que estão inseridas são importantes.

Seis dos dez municípios com mais altos índices - Cabo de Santo Agostinho/PE, Itaguaí/RJ, Altamira/PA, Marabá/PA, Luziânia/ GO, Parauapebas/PA, Simões Filho/BA, Eunápolis/BA, Teixeira de Freitas/BA e Marituba/PA - possuem indicadores de mortalidade por homicídios com o valor mais alto dentro os indicadores que compõe o IVJ- Violência. De forma contrária, os dez municípios com

menores índices possuem como indicador menos elevado o índice de mortalidade por homicídio.

Dentre os 37 municípios com taxas classificadas no Grupo 5, muito alta vulnerabilidade juvenil à violência, verifica-se que em dezenove o homicídio é o fator com valores mais altos. Para outros quinze, o fator que mais contribui para vulnerabilidade juvenil é o fator pobreza (BRASIL, 2015). Nos dois municípios restantes, os maiores indicadores foram as taxas de acidentes de trânsito.

Dos 44 alocados dentro do Grupo 4, alto nível de vulnerabilidade juvenil à violência, 37 municípios possuem como relevante o indicador de pobreza, enquanto para outros cinco, o maior indicador é homicídio, e dois o mais relevante índice é o de acidentes de trânsito (BRASIL, 2015).

Já o Grupo 3, média vulnerabilidade, é representado por 81 municípios, onde em 75 deles o indicador de pobreza é o mais elevado. Em outros 5 o indicador de mortalidade por homicídios é o mais relevante, e apenas em um o maior fator é o de mortalidade no trânsito (BRASIL, 2015).

O Grupo 2, médio-baixo risco, consta com 71 municípios com indicadores maiores de pobreza, oito com indicadores mais elevados por mortes por acidentes de trânsito, e nenhum constando com elevado índice de homicídios. O mesmo ocorre com o Grupo 1, baixa vulnerabilidade, onde 43 municípios possuem níveis altos no indicador de pobreza e somente dois possuem índices maiores no Indicador de frequência à escola e situação de emprego (BRASIL, 2015).

Segundo a publicação do IVJ-Violência encontrada no Relatório do Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e desigualdade racial 2014 (BRASIL, 2015), foram registrados as piores acentuadas nas condições de vulnerabilidade, entre os períodos analisados, 2007 e 2012. Destaca-se os 10 municípios com piora acentuada, entre eles, Caxias (MA), Barreiras (BA), Águas de Lindoia de Goiás (GO), Jequié (BA), Guarapuava (PR), Nossa Senhora do Socorro (SE), Coronel Fabriciano (MG), Araucária (PR), Jacareí (SP), Várzea Paulista (SP), conforme Figura 10.

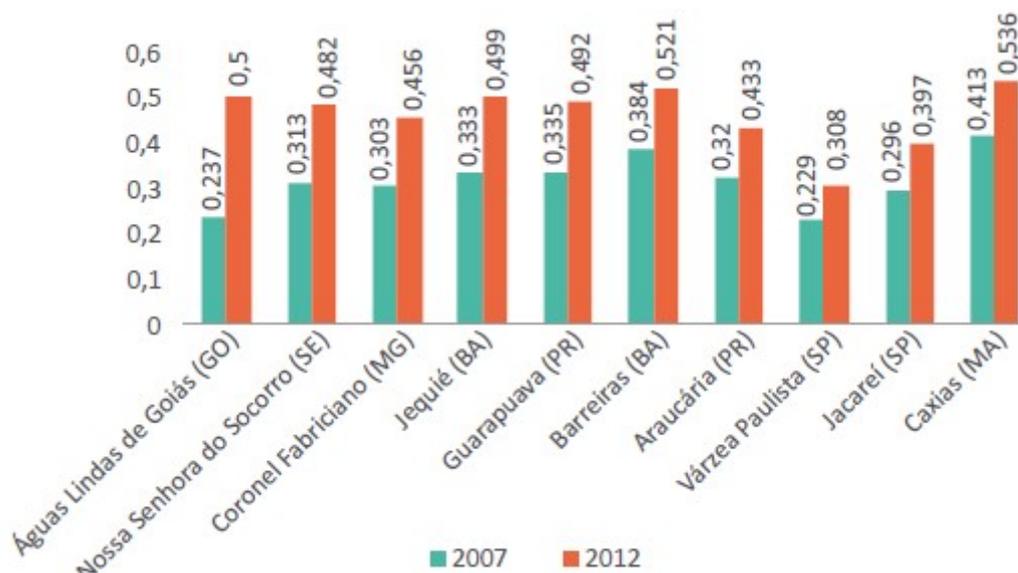


Figura 10 Dez municípios que expressaram piora mais acentuada no IVJ - Violência. 2007 e 2012. Fonte: BRASIL, Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e desigualdade racial 2014, 2015.

Verifica-se, portanto, que não se trata de um fenômeno regional ou localizado, uma vez que somente entre os dez municípios com piora acentuada, duas cidades são do sul do país, três do Sudeste, quatro do Nordeste e um do centro-oeste.

O município de Jacareí, foco principal deste trabalho, ocupava no ranking de 2007 do índice de Vulnerabilidade Juvenil- Violência o Grupo 1 – *baixa vulnerabilidade*, com a taxa de 0,296. Na pesquisa realizada em 2012, o município passou a fazer parte do Grupo 3 – *média vulnerabilidade*, com o índice de 0,397 (BRASIL, 2015). Desta forma, podemos verificar que o município de Jacareí passou em 6 anos para o Grupo 3, passando de baixa para média vulnerabilidade juvenil à violência, como mostrado na Figura 11.

UF	Município	Ano	Posição no ranking	Escala de vulnerabilidade	IVJ – Violência	Indicador de mortalidade por homicídio	Indicador de mortalidade por acidentes de trânsito	Indicador de frequência à escola e situação de emprego	Indicador de pobreza	Indicador de desigualdade
SP	Jacareí	2012	135	Média	0,397	0,314	0,477	0,447	0,576	0,198
		2007	232	Baixa	0,296	0,111	0,324	0,467	0,316	0,308
		Variação			34,0	183,1	47,1	-4,2	82,3	-35,6

Figura 11 IVJ - Violência e seus componentes. Jacareí. 2007 e 2012.

Fonte: Adaptado de BRASIL, Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e desigualdade racial 2014, 2015

Embora Jacareí não figure entre os municípios que tiveram maior variação no IVJ- Violência (Águas de Lindoia de Goiás (GO), alcançou uma variação de 110,8, a maior variação obtida, enquanto Caxias (MA), com a menor variação, obteve 29,7), a variação de seus outros indicadores mostra um cenário preocupante. Enquanto os indicadores de desigualdade e de frequência à escola e situação de emprego tenham variado para baixo (-35,6 e -4,2, respectivamente), o indicador de mortalidade por acidentes de trânsito cresceu 47,1, enquanto o indicador de pobreza variou 82,3 positivamente, e o Indicador de mortalidade por homicídio, 183,1.

Em todos os casos dentre estas dez cidades o indicador de mortalidade por homicídio fora o que mais contribuiu para o crescimento do IVJ-Violência. Araucária (PR) fora o que alcançou a maior variação neste quesito entre 2007 e 2012, alcançando 529,6, seguido de Jequié (BA), 463,6; Águas de Lindoia de Goiás (GO), 405,5; Caxias (MA), 356,1; Barreiras (BA), 289,1; Guarapuava (PR), 201,7; Coronel Fabriciano (MG), 191,8; Jacareí (SP), 183,1; Várzea Paulista (SP), 176,0; Nossa Senhora do Socorro (SE), 124,2.

Na contramão desta tendência, entre os dez municípios com menores variações entre o IVJ-Violência de 2007 e 2012, seis obtiveram variações negativas mais significativas nas taxas de homicídio, revelando a relevância deste indicador nos números de violência juvenil.

Indo além, dos quatro municípios restantes que figuram entre os com menor variação entre 2007 e 2012, três obtiveram redução nas taxas de mortalidade por acidentes de trânsito – apenas um obteve maior redução em outro indicador, que foi o de desigualdade.

Assim, ressalta-se a importância da redução dos incidentes, tanto de mortalidade por homicídios, quanto por acidentes de trânsito, visando melhorar o Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência.

3. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Na sequência serão abordados os principais dados pertinentes às discussões deste trabalho, envolvendo o município de Jacareí. Num primeiro momento serão contemplados dados sobre o município, para então se verificar as taxas de Causas Externas e analisar os óbitos por acidentes de trânsito e por homicídios, através dos dados disponíveis na plataforma virtual do Subsistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), analisando a situação particular do município de Jacareí.

3.1. O município de Jacareí

O município de Jacareí faz parte da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, no interior do estado de São Paulo, Brasil. Localiza-se a leste da capital do estado, cerca de 82 quilômetros de distância, e seus municípios limítrofes de São José dos Campos a norte e nordeste; Jambuí a leste; Santa Branca a sudeste; Guararema a sudoeste; Santa Isabel a oeste e Igaratá a noroeste. A população de Jacareí, segundo Censo (IBGE, 2010) era de 211 214 habitantes, com estimativa para 2014 de 224.826 habitantes (IBGE, 2015). Deste universo, 103.092 são homens e 108.122, mulheres.

Jacareí se encontra no chamado Complexo Metropolitano Expandido, que ultrapassa os 29 milhões de habitantes, aproximadamente 75% da população do estado de São Paulo. Assim, as regiões metropolitanas de Campinas, São Paulo, Baixada Santista e do Vale do Paraíba e Litoral Norte já formam a primeira macro metrópole do hemisfério sul.

Jacareí faz parte da região denominada de *Alto do Vale do Paraíba* pela secretaria de Saúde de São Paulo (SES/SP), junto as cidades de Igaratá, Paraibuna, Jambuí, Caçapava, Monteiro Lobato, São José dos Campos e Santa Branca. Além disso, o município integra a *microrregião* de São José dos Campos, que conta ainda com Caçapava, Igaratá, Pindamonhangaba, Santa Branca, Taubaté e Tremembé, conforme Figura 12.



Figura 12 Mapa da Região. São Paulo, Brasil.
 Fonte: Adaptado de SES/SP.

O município conta com área total de 459,7 km², onde 367,4 km² correspondem a área da zona rural e 92,3 km² a área da zona urbana. O município conta com densidade demográfica (habitantes/km²) de 459,46, com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M) de 0,777 (considerado alto), IDH-M Renda: 0,749 (alto) IDH-M Longevidade: 0,837 (muito alto) IDH-M Educação: 0,749 (alto) (PNUD, 2010).

3.2. Dados sobre Causas Externas no Município de Jacareí

Analisando os dados obtidos no Subsistema de Informação sobre Mortalidade (SIM, 2015), verifica-se redução dos números de óbitos por causas externas tanto no município de Jacareí, como na região do Alto Vale do Paraíba e São José dos Campos no período analisado, entre 1995 e 2014.

Importante salientar que nas informações abaixo, a região do Alto Vale do Paraíba é correspondente a Região de Saúde, que engloba os municípios de Igaratá, Paraibuna, Jambuí, Caçapava, Monteiro Lobato, São José dos Campos e Santa Branca, além de Jacareí. E que São José dos Campos nas informações abaixo representa uma Microrregião, composta por Caçapava, Igaratá, Jacareí, Pindamonhangaba, Santa Branca, Taubaté, Tremembé e a própria São José dos Campos.

A Figura 13 mostra que em 1997 essas regiões alcançaram seu pico, quando a microrregião de São José dos Campos alcançou 1.179 ocorrências de óbitos por causas externas, o Alto Vale, 892 casos e Jacareí, 230.

Após 1997 a tendência seguiu certa redução, principalmente em 2005, quando os casos na Microrregião passaram a ser menos do que mil incidências. Neste ano, o Alto Vale registrou 561 casos, enquanto a microrregião de São José, 817. Já Jacareí, reduziu para 143 obtidos por causas externas.

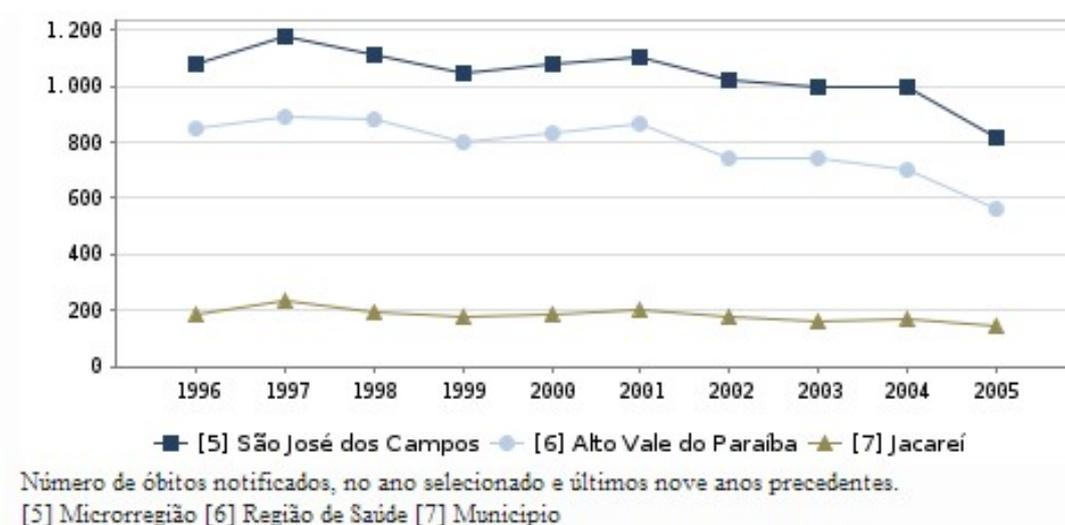
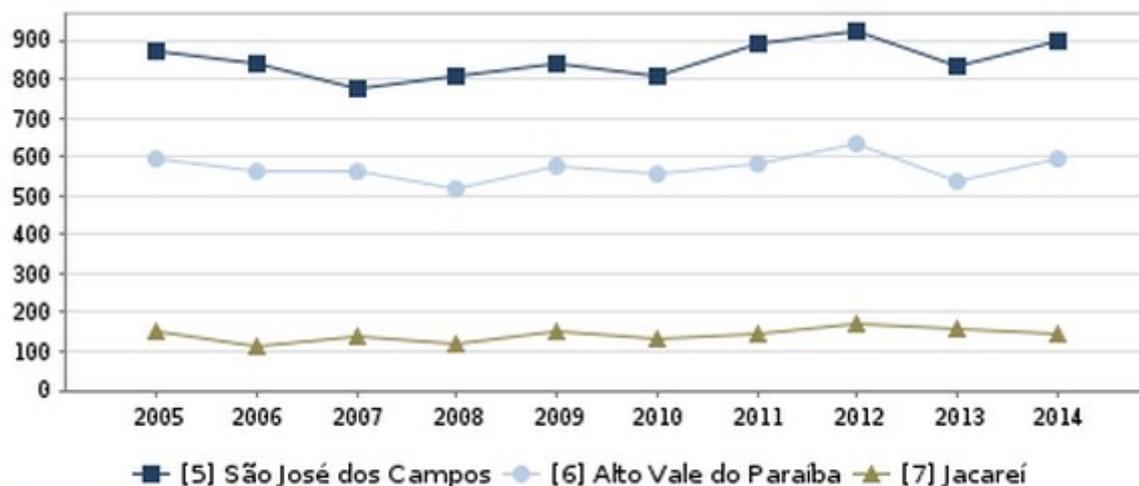


Figura 13 Número de óbitos por Causas Externas de morbidade e de mortalidade. Jacareí. 1996 – 2005.

Fonte: SIM/DATASUS, julho 2015.

A Figura 14 mostra que este índice passou por variações no período entre 2005 e 2014, mas não retornando a patamares anteriores a 2005. No entanto, estes dados mostram que a partir de 2010 os óbitos por causas externas voltaram a crescer nas regiões analisadas.



Número de óbitos notificados, no ano selecionado e últimos nove anos precedentes.

[5] Microrregião [6] Região de Saúde [7] Município

Figura 14 Número de óbitos por Causas Externas de morbidade e de mortalidade. Jacareí. 2005-2014.

Fonte: SIM/DATASUS, julho 2015.

Embora 2006 tenha sido o ano em que Jacareí obteve o menor número na taxa de óbitos por causas externas – somente 108 casos -, fora em 2007 que a Microrregião de São José dos Campos obteve sua menor taxa – 733. Já o Alto Vale teve sua menor taxa em 2008, quando alcançou o índice de 510. Jacareí também garantiu esta redução, uma vez que registrou 122 casos em 2008 e 119 em 2007.

A partir de então, passa-se por um ligeiro crescimento (embora no ano de 2010 esta tendência tenha se invertido) – tendência que verificamos em todo o país, conforme figura 5 - chegando em 2012 na maior taxa nas três regiões analisadas. Enquanto Jacareí registrou 148 casos, o Alto Vale registrou 594 e a microrregião, 844 ocorrências.

Em 2014, foram registrados 133 casos em Jacareí, 547 no Alto Vale e 800 casos na microrregião. Verificamos, portanto, que após o pico de 2012, as taxas se reduziram um pouco na região.

Conforme o IVJ-Violência fora realizado nos anos de 2007 e 2012, vamos nos atentar neste período para análise, principalmente na cidade de Jacareí. No ano de 2007, Jacareí registrou 119 casos, enquanto cidades de mesmo porte na microrregião obtiveram 329 e 153, São José dos Campos e Taubaté, respectivamente, totalizando nos 733 casos da microrregião (SIM/DATASUS, 2015).

Em 2012, quando Jacareí registrou 148 ocorrências por causas externas, a microrregião de São José dos Campos registrou 844. É relevante analisar a

participação de Jacareí nos números da microrregião, que é formada por oito municípios.

Enquanto municípios menores registraram taxas abaixo das centenas, como Igaratá e Santa Barbara (7 casos cada), Tremembé (22), Caçapava (45), Pindamonhangaba (76), municípios maiores foram acompanhados de maiores taxas, como São José dos Campos (357), Taubaté (182) e, por fim, Jacareí (148 casos) (SIM/DATASUS, 2015).

Numa comparação simples entre 2007 e 2012, verificamos que Jacareí teve um crescimento de 24% nos óbitos de causas externas, enquanto a microrregião de São José dos Campos obteve um incremento de cerca de 15% em suas taxas, e o Alto Vale, 12%.

Uma vez verificado que Jacareí possui crescimento mais relevante entre as regiões analisadas, se faz necessário verificar o crescimento das cidades que constituem a Microrregião neste período. Assim, São José dos Campos viu suas taxas de óbito por causas externas crescer cerca de 8%, enquanto Taubaté, 18%. Assim, entre as três cidades de maior porte – e, logo, maior relevância - da microrregião analisada, Jacareí possuiu o maior crescimento no período.

No entanto, estes dados refletem números de óbitos por causas externas de todas as faixas etárias, tornando necessário e relevante analisar a Figura 15, que demonstra por ano – dentro do período estabelecido – o número de causas externas por faixa etária.

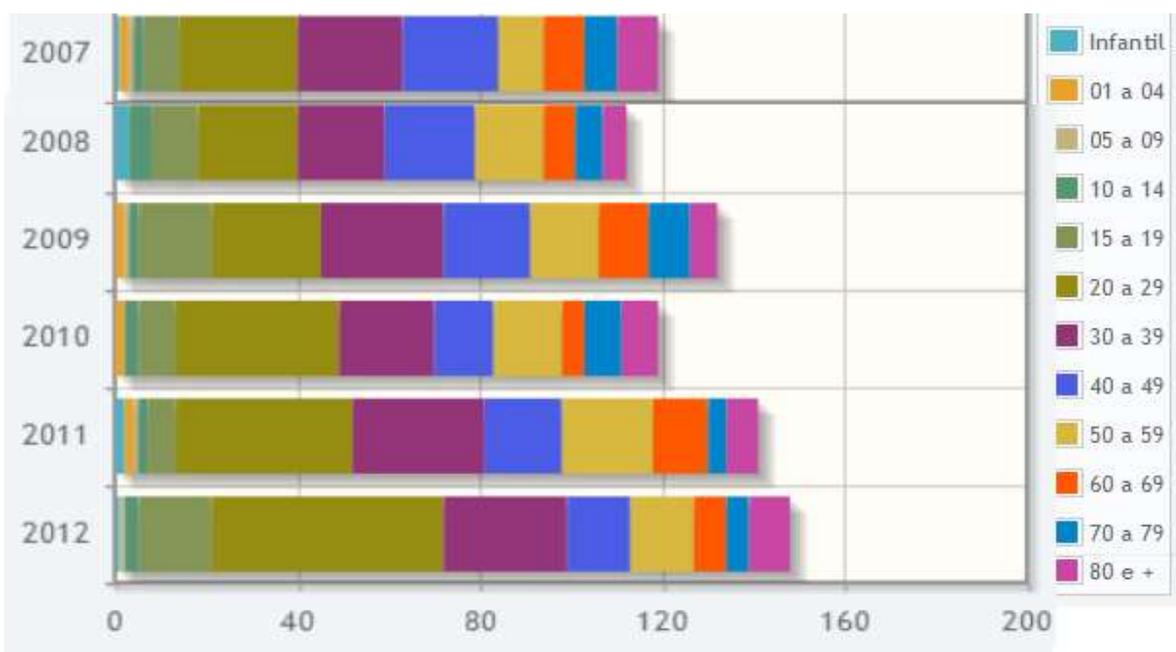


Figura 15 Número de casos de óbito por Causas Externas, por sexo e grupo etário. Jacareí. 2007 a 2012.

Fonte: SIM/DATASUS, julho 2015

Verifica-se que em 2007, os óbitos ocasionados por causas externas na população tratada como jovem, isto é, dentre 15 e 29 anos, no município de Jacareí, foram de 34 ocorrências, sendo 8 entre pessoas de 15 a 19 anos, e 26 pessoas entre 20 e 29 anos; equivalente a 28,5% do total de casos registrados neste ano – 119. Em 2008, a taxa se mantém igual, quando foram constatadas 32 ocorrências – 10 entre pessoas dos 15 a 19 anos, e 22 entre 20 e 29 anos -, dentro dum total de 112.

Em 2009 esta taxa passa a crescer, chegando aos 30,3% - onde dos 40 óbitos por causas externas na população jovem, 16 ocorreram entre os 15 e 19 anos, e 24 na população de 20 a 29 anos. Já em 2010 a taxa de óbitos por causas externas na população jovem cresceu, indo contra a tendência de redução dos números totais que ocorreu neste ano em Jacareí, conforme verificamos nas Ilustrações 13 e 14. Neste ano, cerca de 37% das ocorrências foram com jovens, sendo 8 entre 15 a 19 anos, e 36 com jovens de 20 a 29 anos.

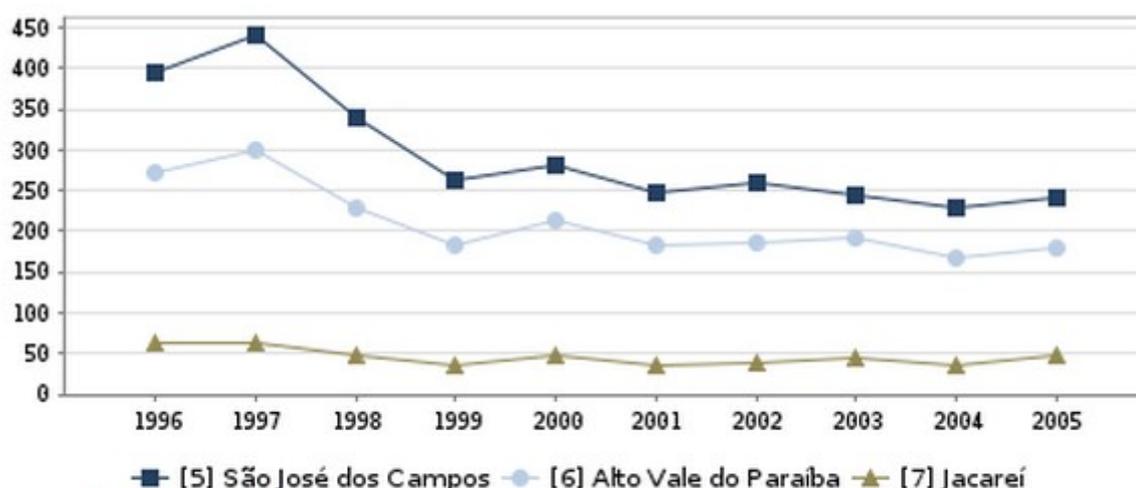
Em 2011, quando as taxas de óbitos por causas externas voltaram a crescer no município, e na região em geral, as ocorrências com jovens foram de 45 óbitos – onde os jovens de 15 a 19 anos registraram 6 óbitos, e 39 nos com mais de 20 anos. No entanto, a porcentagem reduziu, uma vez que o total de casos cresceram nas outras idades, totalizando 31,9% dos 141 casos.

Por fim, em 2012, as taxas de óbitos com jovens chegaram em seu maior índice, 45,2%, do total de 148 ocorrências. Assim, os 6 e os 51 óbitos registrados entre pessoas de 15 a 19 anos e de 20 a 29 anos, respectivamente, configuraram quase como metade de todas as ocorrências no município. Assim, se torna relevante verificar como as taxas de homicídios e acidentes de trânsito configuram dentro das causas externas nestes cenários.

3.3. Dados de Acidentes de Trânsito no Município de Jacareí

Analisando o quadro de óbitos por transporte em Jacareí, através das Figuras 16 e 17, analisa-se, num primeiro momento, que, embora os números recentes ainda sejam altos, eles não são equiparáveis com os dados obtidos no início da segunda etapa da década de noventa. Em 1997, Jacareí registrou 62 casos, enquanto o Alto Vale 301, e a microrregião, 442. Em todo o período analisado, este número nunca foi superado.

No entanto, após 1997, se encontra grande redução dos acidentes, que passam então a se manter dentro dum parâmetro parecido, até 2013, quando voltam a diminuir, chegando a 37 ocorrências em Jacareí, 140 no Alto Vale, e 187 na microrregião de São Jose dos Campos (SIM/DATASUS, 2015).



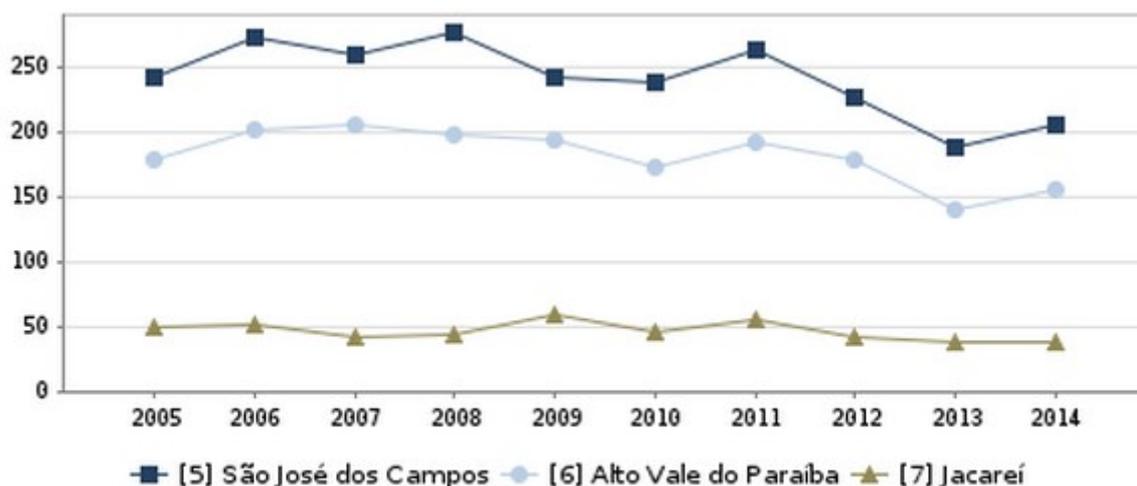
Número de óbitos notificados, no ano selecionado e últimos nove anos precedentes.

[5] Microrregião [6] Região de Saúde [7] Município

Figura 16 Número de óbitos por transporte. Jacareí. 1996-2005.

Fonte: SIM/DATASUS, julho 2015.

Atentado ao período entre 2007 e 2012, verificamos que em 2007 as taxas registradas foram de 41 ocorrências em Jacareí, 205 no Alto Vale, e 259 na microrregião de São Jose dos Campos, ante os mesmos 41 casos de Jacareí, 178 do Alto Vale e 226 da microrregião em 2012.



Número de óbitos notificados, no ano selecionado e últimos nove anos precedentes.

[5] Microrregião [6] Região de Saúde [7] Município

Figura 17 Número de óbitos por Transporte. Jacareí. 2005-2014.

Fonte: SIM/DATASUS, julho 2015.

Assim, em comparação simples entre os períodos, as ocorrências no Alto Vale tiveram redução de 13%, número parecido com a redução das taxas de acidentes de trânsito na microrregião de São Jose dos Campos.

A média neste período – 2007 a 2012 - foi de cerca de 48 casos em Jacareí, 190 casos no Alto Vale, e 251 na microrregião de São José dos Campos. Assim, os números obtidos no ano de 2012 mantiveram-se abaixo da média, nas três regiões.

Através da Figura 16, verificamos que esta tendência de crescimento em 2009, não fora seguida pelas outras regiões, sendo que apenas o município de Jacareí teve crescimento nos números.

Embora nos anos de 2007 e 2008 os números de acidentes de trânsito em Jacareí tenham se mantido abaixo da média de 48 casos por ano – 41 e 43, respectivamente -, no ano de 2009 e 2011 esse número chegou a 59 e 55, respectivamente. Em 2010, registrou 46 casos, e em 2012, 41, conforme podemos verificar na Figura 18.

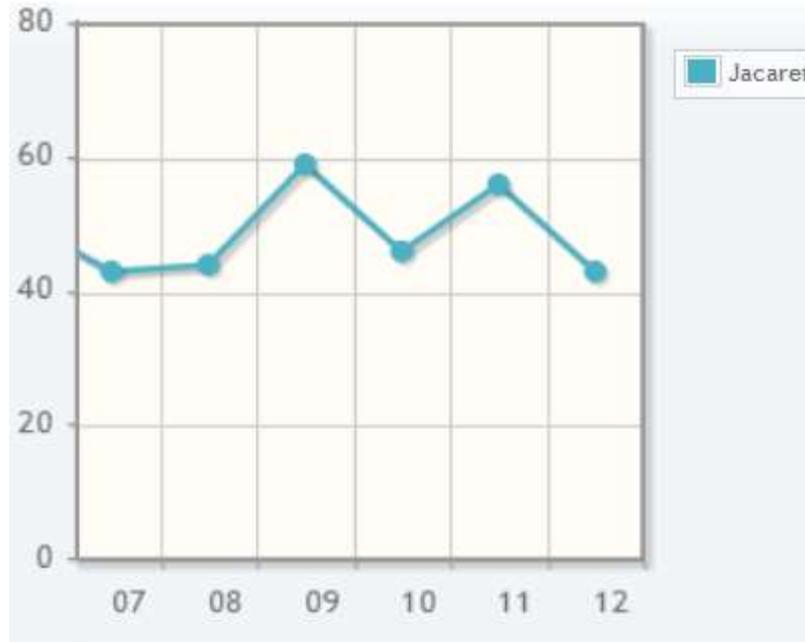


Figura 18 Números de casos de acidentes de transporte. Jacareí. 2007 a 2012.
 Fonte: SIM/DATASUS, julho de 2015.

Encontra-se no primeiro ano da série, 2007, 14 óbitos na população jovem, por conta de acidentes de trânsito, sendo 3 deles entre pessoas de 15 a 19 anos, e 13, entre 20 e 29 anos. Assim, 32,5% das 43 ocorrências no município de Jacareí, vitimaram jovens. Dessas 14 ocorrências, apenas uma vitimou mulheres, conforme Figura 19.

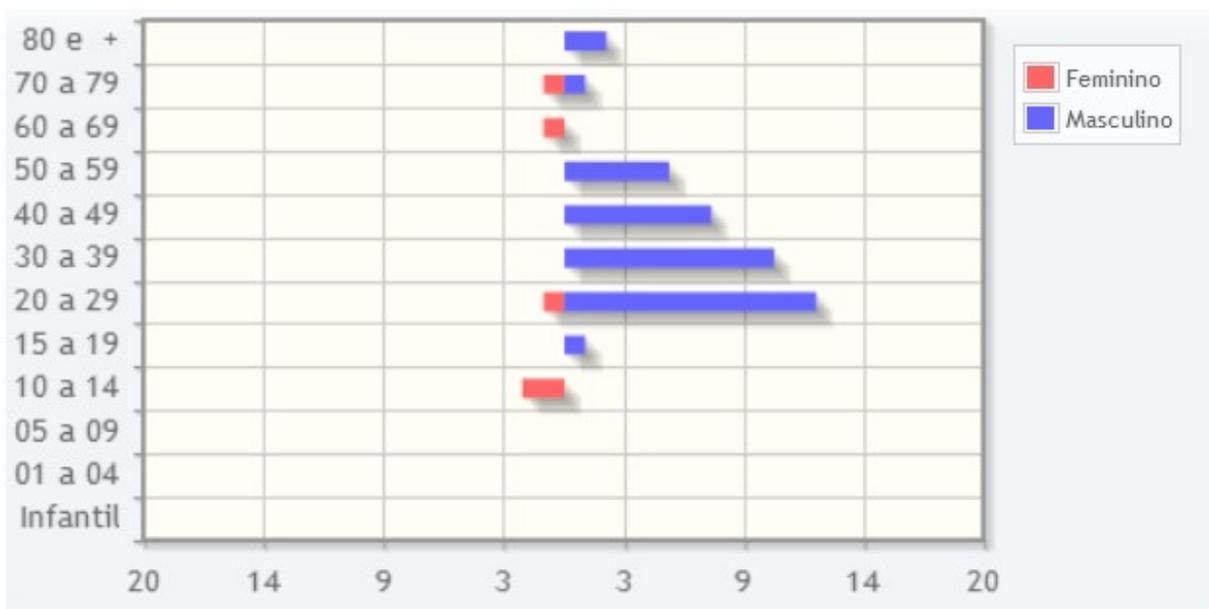


Figura 19 Número de casos de acidentes de trânsito por sexo e grupo etário. Jacareí. 2007.
 Fonte: SIM/DATASUS, julho de 2015.

Em 2008, conforme figura 20, dentre os 48 óbitos ocorridos na cidade de Jacareí por acidentes de trânsito, 13 vitimaram jovens de 15 a 19 anos – 3 ocorrências – e de 20 a 29 anos – 10 ocorrências, ou seja, 29,5% do total. Desses jovens, apenas 2 correspondem ao gênero feminino.

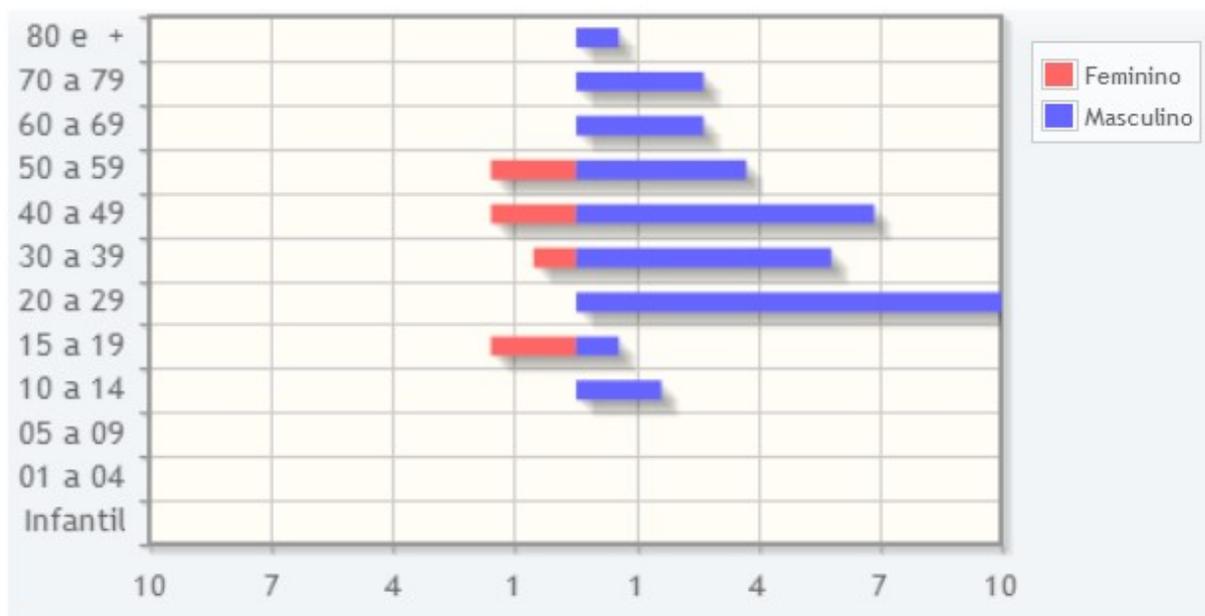


Figura 20 Número de casos de acidentes de trânsito por sexo e grupo etário. Jacareí. 2008.
Fonte: SIM/DATASUS, 2015.

Destaca-se que 2009 fora o único ano que registrara mais mortes de jovens entre 15 a 19 anos (11 casos), do que entre jovens de 20 a 29 anos (7 casos), conforme Figura 21. Assim, representaram 30,5% do total de 59 ocorrências de óbitos por acidentes de trânsito – o maior registrado nesta série. Destas, duas vitimaram mulheres.

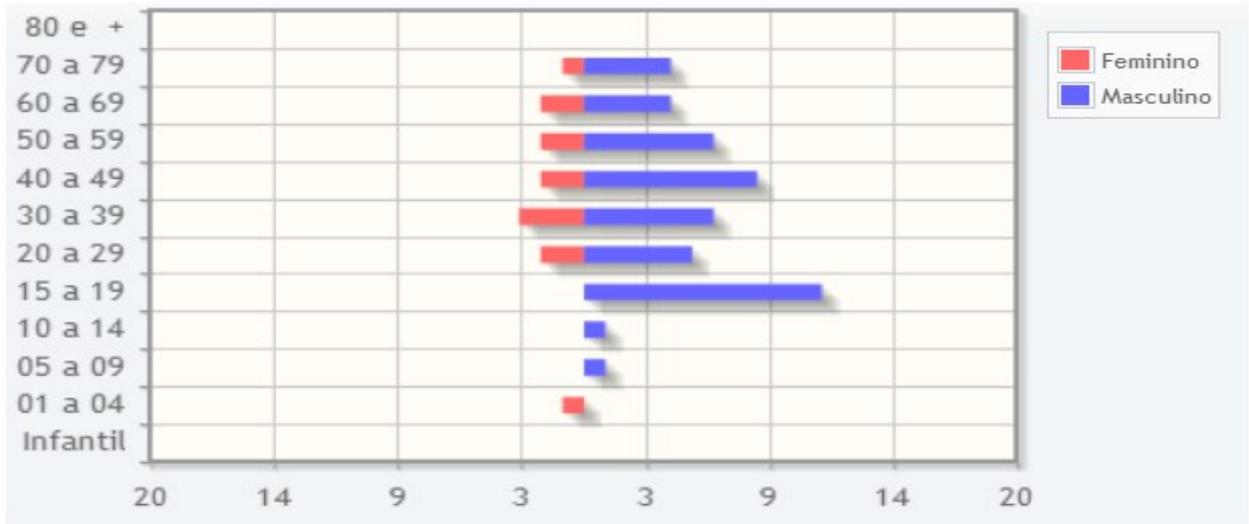


Figura 21 Número de casos de acidentes de trânsito por sexo e grupo etário. Jacareí. 2009.
Fonte: SIM/DATASUS, 2015.

Em 2010, quando se registrou 46 óbitos por acidentes de trânsito, cerca de 34% vitimaram jovens, sendo 4 entre 15 a 19 anos, e 12 entre 20 e 29 anos. Neste ano foram registrados o maior número de óbitos no gênero feminino, totalizando 5 óbitos, conforme Figura 22.



Figura 22 Número de casos de acidentes de trânsito por sexo e grupo etário. Jacareí. 2010.
Fonte: SIM/DATASUS, 2015

Em 2011 – Figura 23 - jovens representaram 30,5% do total de 56 óbitos por transporte no município, sendo 1 referente a jovens entre 15 e 19 anos, e 16, entre 20 e 29 anos. A taxa de óbitos com mulheres foi de 2 ocorrências.

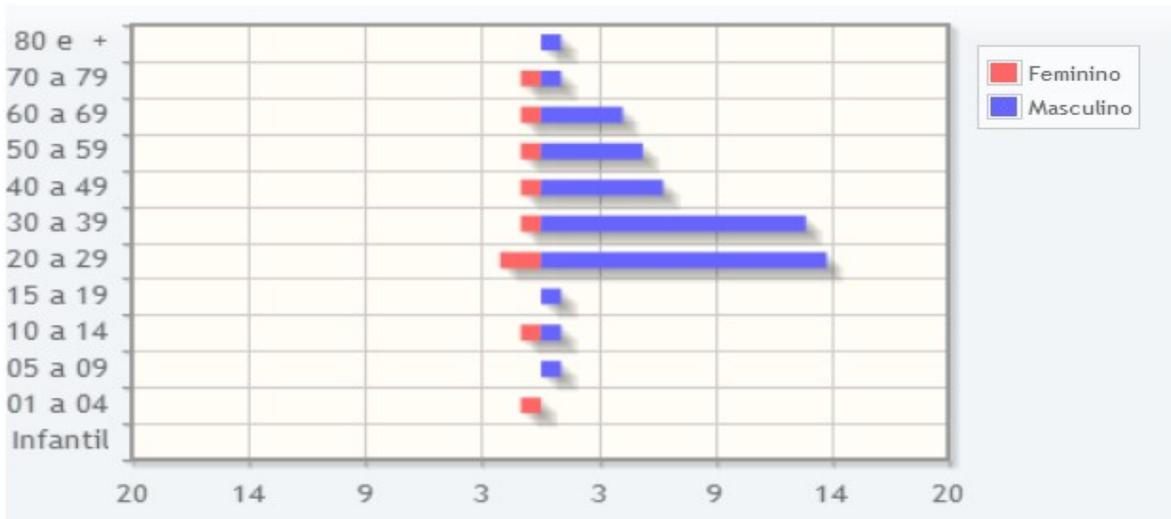


Figura 23 Número de casos de acidentes de trânsito por sexo e grupo etário. Jacareí. 2011.
Fonte: SIM/DATASUS, 2015.

Por fim, em 2012 foram registrados 16 óbitos entre pessoas de 20 a 29 anos, e 3 entre 15 e 19 anos, totalizando a maior taxa dentre as analisadas, de 51,1% do total de 43 óbitos. Portanto, embora a taxa total caia no último ano da série, a incidência entre jovens aumentou consideravelmente, levando a constatação de que a cada 2 acidentes, 1 predominantemente ocorrera com jovens, conforme verifica-se na Figura 24.



Figura 24 Número de casos de acidentes de trânsito por sexo e grupo etário. Jacareí. 2012.
Fonte: SIM/DATASUS, julho de 2015.

Assim posto, verifica-se que apesar dos números totais de óbitos ocasionados por acidentes de trânsito se mantenham próximos - exceções feitas aos anos de 2009 e 2011 - a representatividade de jovens nesses óbitos, não. Se em 2008 se registrou a menor porcentagem entre jovens e óbitos totais (29,5%), em 2012 foram registrados 51,1%.

Considerando que a média deste período é de 49 óbitos por ano, e a média de óbitos entre jovens é de 17 por ano, representando 32,9% dos óbitos, quase um a cada três. Da mesma forma, com o total de óbitos no período, 291, e o total de óbitos juvenis, 97, chega-se a 33% de incidência juvenis. Assim, a cada três óbitos dentro do período constatado, um vitimou jovens no município de Jacareí.

Ademais, verifica-se que a maioria dos jovens vitimados eram do gênero masculino, sendo que das 97 vítimas, somente 12 eram do gênero feminino. Esta informação demonstra que acidentes de trânsito vitimam muito mais jovens do gênero masculino, principalmente se cruzarmos com a informação de que no período analisado, 48 pessoas do gênero feminino foram vítimas de acidentes de trânsito, o que significa que 26,5% correspondem a jovens do gênero feminino.

Por fim, a Figura 24 evidencia a participação da juventude no número total de óbitos vem crescendo consideravelmente com o passar dos anos, dentro da série analisada. O número de jovens de 20 a 29 anos vitimados por acidentes de trânsito corresponde a 74, cerca de 76% do total de vítimas jovens, já que a faixa etária de 15 a 19 anos corresponde a 23 óbitos, cerca de 24%.

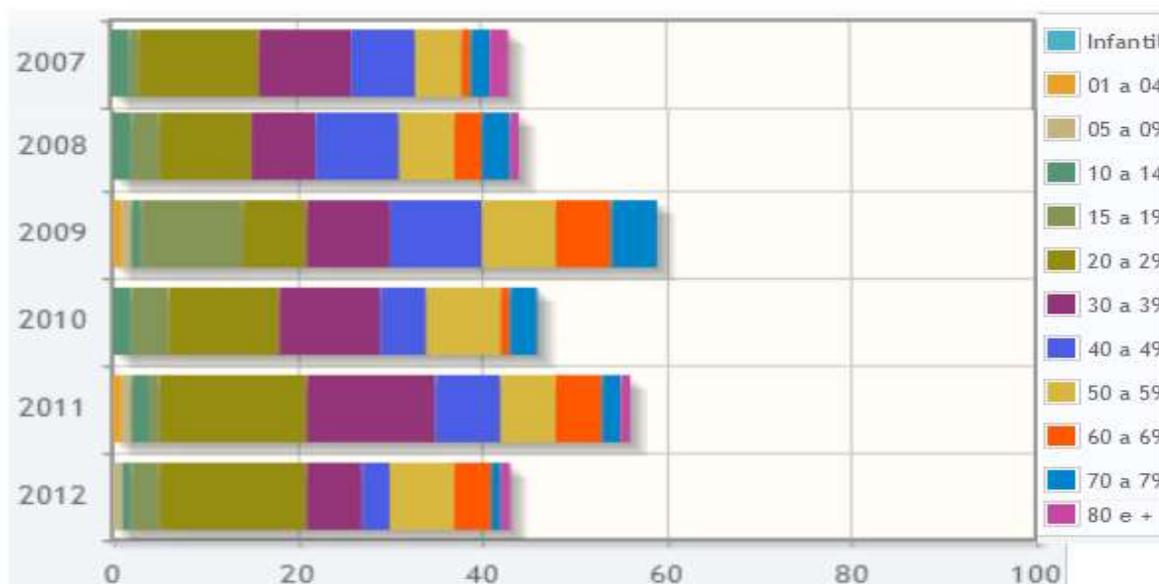


Figura 25 Número de casos de óbito por acidentes de trânsito por sexo e grupo etário. Jacareí. 2007 a 2012.

Fonte: SIM/DATASUS, julho de 2015.

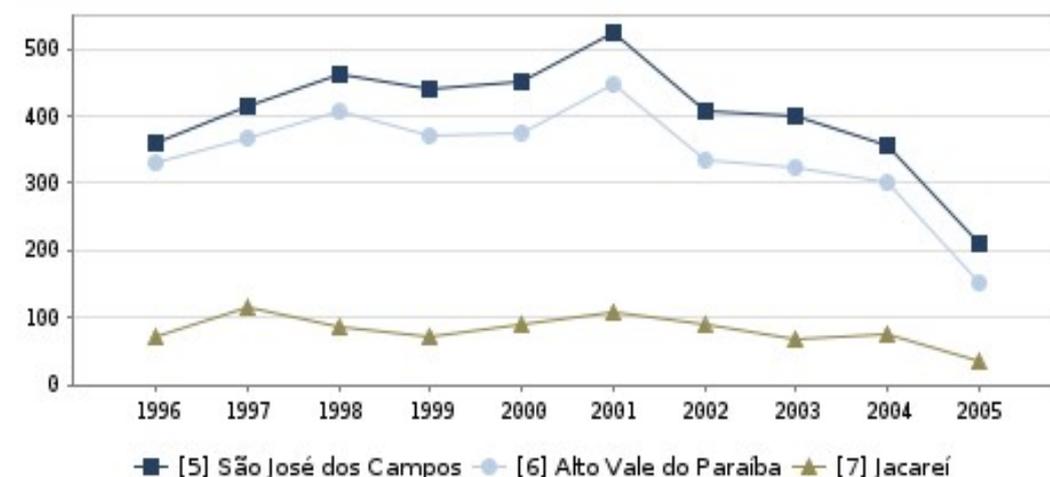
Em suma, é possível afirmar que a maior parte das vítimas jovens são do gênero masculino, e possuem entre 20 e 29 anos, além de que os óbitos juvenis por acidentes de trânsito representam cerca de um terço do total registrado, embora seja necessário salientar que no último ano da série analisada esta porcentagem chegou a 51%.

3.4. Dados sobre homicídios no município de Jacareí

Em geral, quanto aos dados acerca dos homicídios no município estudado, é possível constatar a tendência de crescimento dos números de óbitos ocasionados por agressões – seguindo o CID-10, homicídios se aloca nesta categoria – em todas as regiões analisadas. Assim, em 2001 se configura o pico de ocorrências, quando no Vale do Paraíba se registraram 744 casos, sendo 525 registrados na microrregião de São Jose dos Campos, 446 na região do Alto Vale do Paraíba, e, por fim, 107 no município de Jacareí, conforme Figura 26. Para comparação, em 1996 em toda a região do Vale, foram registrados 494 casos de óbitos por agressões. Logo, o crescimento em relação aos números de 2001, fora de 50,6%.

Este crescimento já fora verificado anteriormente nas Ilustrações 6 e 7, quando analisamos o panorama nacional. Naquela análise, verificamos que a

tendência de crescimento para as taxas brasileiras fora constante até 2003. No entanto, a região sudeste, a partir de 2002, passou a ver suas taxas de homicídios reduzirem, o que condiz com as informações disponíveis sobre a situação do Vale e de Jacareí.



Número de óbitos notificados, no ano selecionado e últimos nove anos precedentes.

[5] Microrregião [6] Região de Saúde [7] Município

Figura 26 Número de óbitos por agressões. Jacareí. 1996-2005.

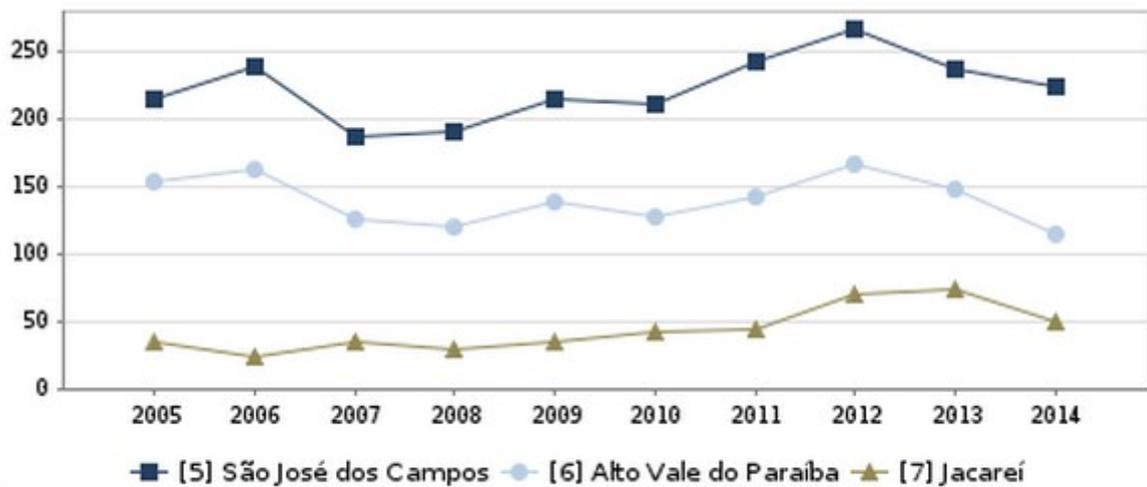
Fonte: SIM/DATASUS, julho 2015.

Portanto, a partir de 2002 as taxas passam a cair, até 2005, quando retornam a crescer, mas numa variação baixa, para os antigos parâmetros. Assim, em 2007 se registra a menor taxa de óbitos por agressões na microrregião de São José dos Campos, 188 ocorrências.

A região do Alto Vale do Paraíba atingiu sua menor incidência na modalidade de agressões em 2014, e, anteriormente, em 2008, quando obteve 112 ocorrências. Já Jacareí, teve seus menores números no ano de 2006 e 2008, quando registrou somente 25 óbitos por agressões. Pode-se verificar esta tendência na Figura 27.

A partir de 2008 as taxas tendem a voltar a crescer, reduzindo-se já em 2012, após atingirem números significativos, principalmente se considerarmos a redução corrente após a virada do milênio.

A microrregião de São José dos Campos registrou 249 ocorrências de óbito por agressões, enquanto no Alto Vale foram 155 e em Jacareí, 54 vítimas.



Número de óbitos notificados, no ano selecionado e últimos nove anos precedentes.
 [5] Microrregião [6] Região de Saúde [7] Município

Figura 27 Número de óbitos por agressões. Jacareí. 2005-2014.
 Fonte: SIM/DATASUS, julho de 2015.

Analisando particularmente o caso de Jacareí dentro do período em que fora confeccionado o IVJ-Violência, 2007 a 2012, as taxas de óbitos por homicídios cresceram, conforme verifica-se na Figura 28.

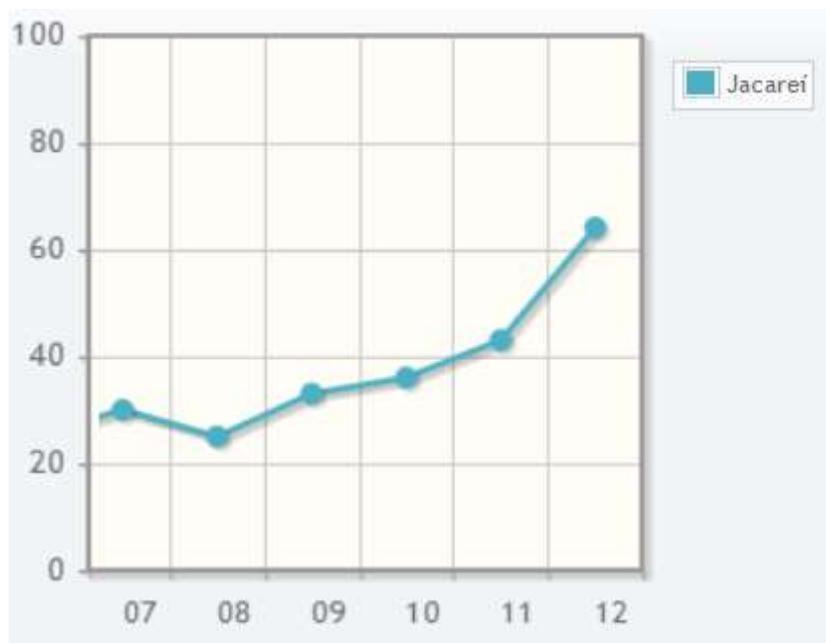


Figura 28 Números de casos homicídios. Jacareí. 2007 a 2012.
 Fonte: SIM/DATASUS, julho de 2015.

Enquanto no ano de 2007 foram registrados 30 óbitos por agressões, em 2008 este número caiu para 25. No entanto, foram seguidos os crescimentos dos

óbitos por agressões, passando para 33, 36, 43 e 64 óbitos, respectivamente nos anos de 2009, 2010, 2011 e 2012. Assim, de 2007 para 2012 o crescimento fora de 113%.

Assim, se faz necessário analisar a participação da população jovem nessa escalada dos óbitos por agressões no município de Jacareí, através do comparativo entre óbitos por agressões, por ano e faixa etária, conforme Figura 29.

Verifica-se que o crescimento dos óbitos por homicídios é seguido do crescimento da participação de jovens de 15 a 29 anos nesses óbitos. Isolando o ano de 2008, que fora o único ano de queda, analisamos um forte crescimento no número de óbitos totais e de óbitos juvenis.

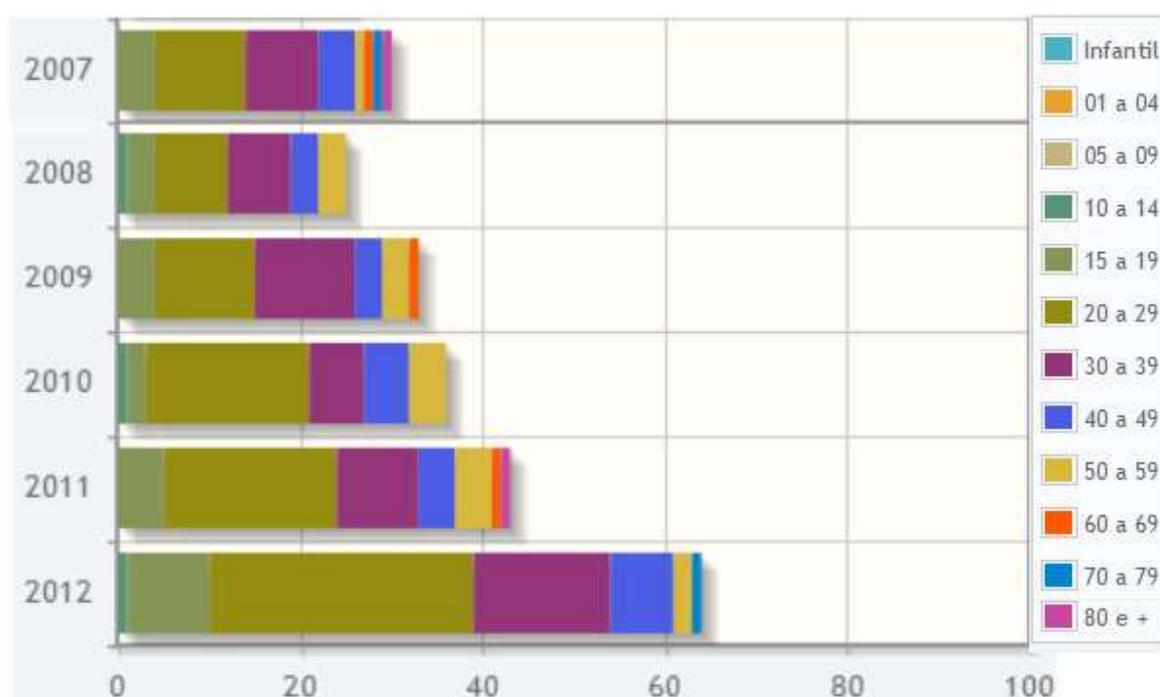


Figura 29 Número de casos de óbito por homicídios por sexo e grupo etário. Jacareí. 2007 a 2012.

Fonte: SIM/DATASUS, julho de 2015.

No primeiro ano dessa série, 2007, conforme figura 30, foram registrados 4 homicídios ente jovens de 15 a 19 anos, e 10 entre jovens de 20 a 29 anos. Assim, 46,6% dos 30 homicídios registrados em Jacareí envolveram jovens. Destes, apenas 3 eram do gênero feminino – e nesse caso, todas eram jovens.



Figura 30 Número de casos de homicídio por sexo e grupo etário. Jacareí. 2007.
Fonte: SIM/DATASUS, julho de 2015.

Em 2008 – Figura 31 - não fora registrado nenhuma ocorrência de óbito por homicídio com gênero feminino. No entanto, foram registrados 3 homicídios com jovens de 15 a 19 anos, e 8 com jovens de 20 a 29 anos, totalizando 11 ocorrências – o menor número dentro da série analisada, representando 44% do total.

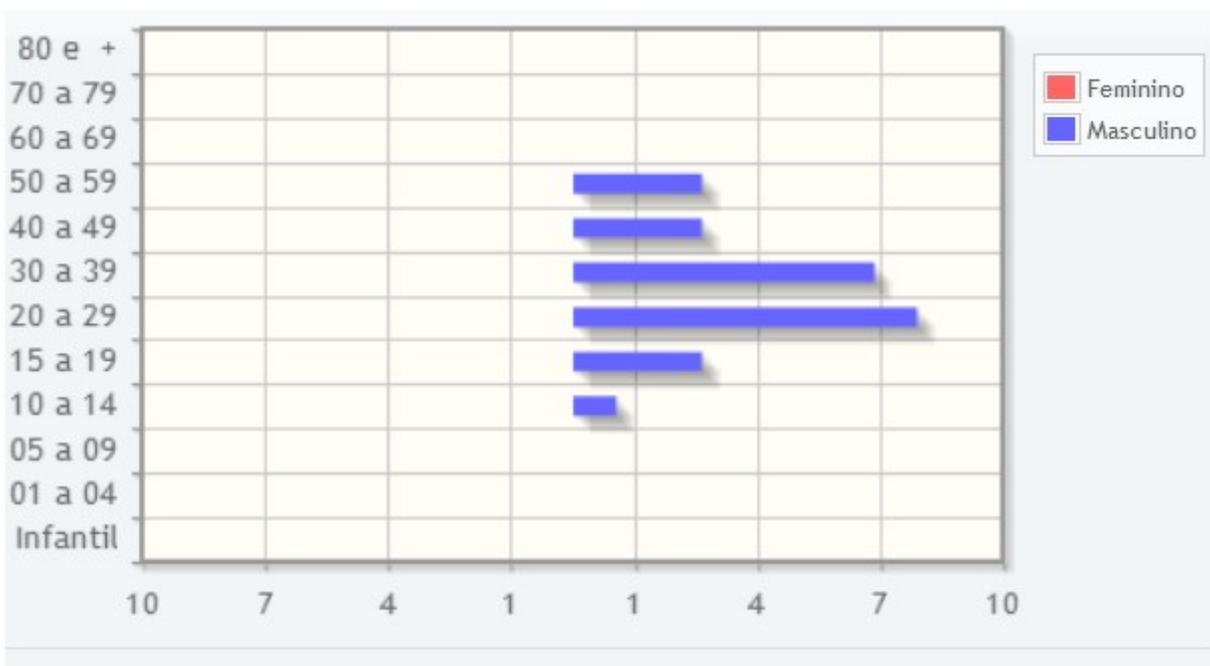


Figura 31 Número de casos de homicídio por sexo e grupo etário. Jacareí. 2008.
Fonte: SIM/DATASUS, 2015

Em 2009 (Figura 32), quando a série volta a crescer, foram registrados 33 óbitos, entre eles 11 envolvendo jovens de 20 a 29 anos, e 4 envolvendo jovens de

15 a 19 anos. Assim, óbitos juvenis corresponderam a 45,4% do total, sendo que duas ocorrências foram femininas – outra ocorrência feminina fora acusada entre os 40 a 49 anos.

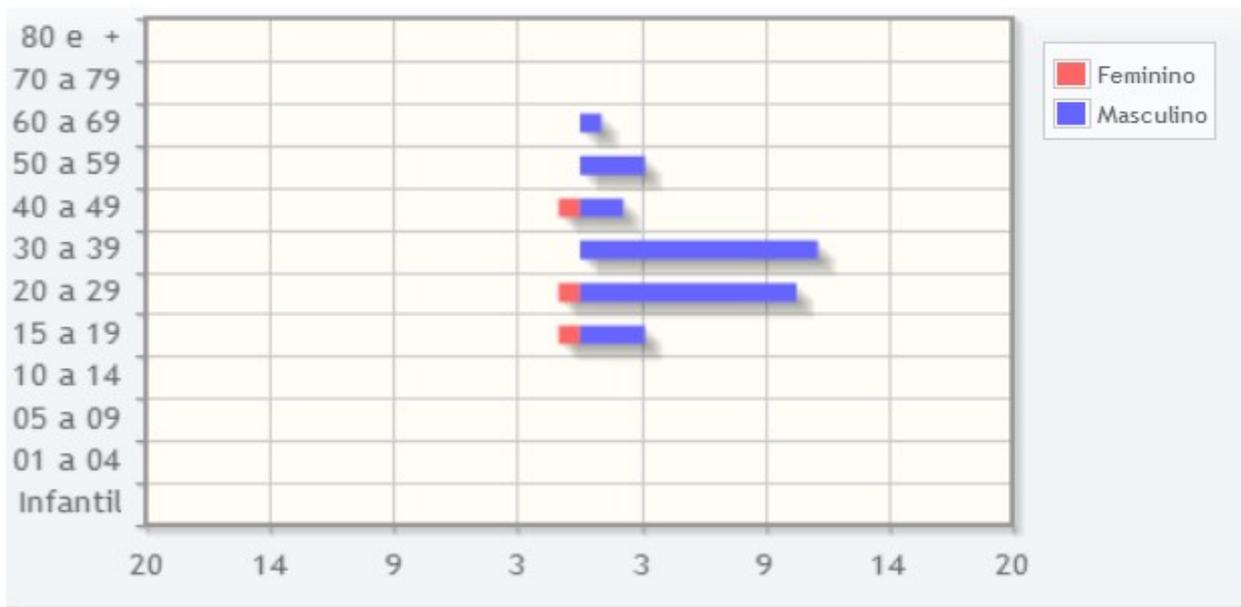


Figura 32 Número de casos de homicídio por sexo e grupo etário. Jacareí. 2009.
 Fonte: SIM/DATASUS, 2015

Em 2010, seguindo a tendência de crescimento, foram registrados 20 óbitos por agressões no município de Jacareí, equivalente a mais da metade dos casos, 55,5%. Assim, verifica-se através da Figura 32, que além do crescimento do total de óbitos, 36, cresceu a participação de jovens nestes óbitos, uma vez que nos anos anteriores os números da faixa etária dos 30 a 39 anos não ficava tão distante da faixa dos 20 a 29 anos, como podemos verificar na Figura 33. Tendência essa que irá se manter nos demais anos, conforme verificaremos a seguir.

Ademais, foram registrados 2 óbitos femininos e juvenis, enquanto foram registrados 3 óbitos femininos nas outras faixas etárias.

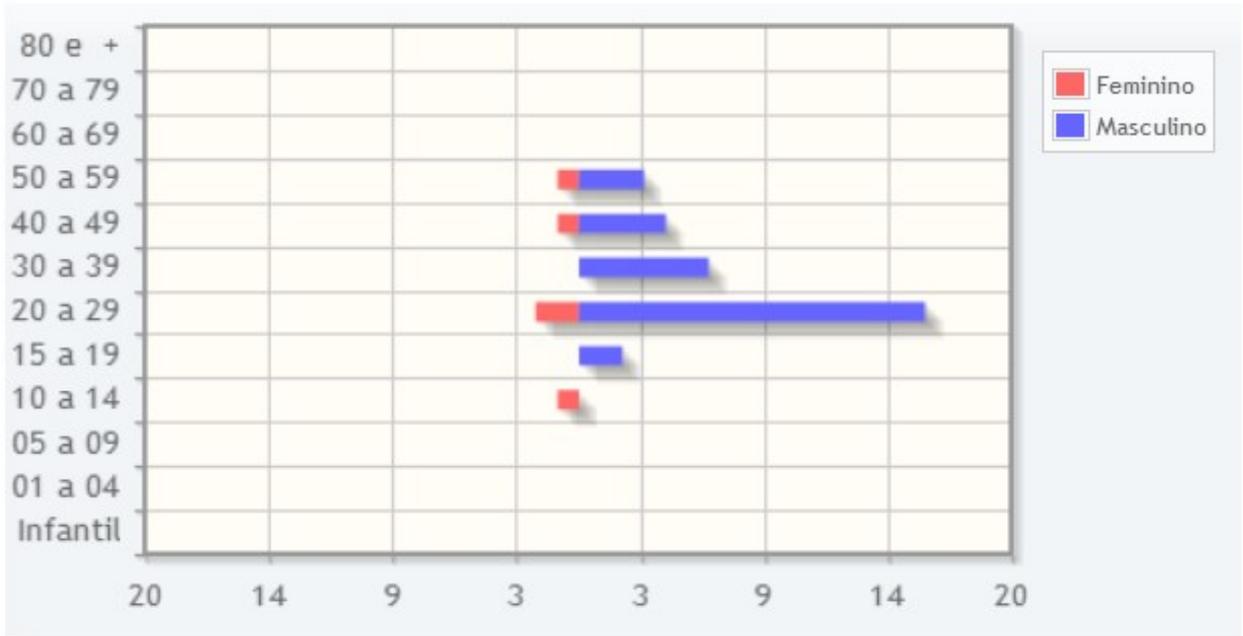


Figura 33 Número de casos de homicídio por sexo e grupo etário. Jacareí. 2010.
Fonte: SIM/DATASUS, julho de 2015.

Em 2011 foram registrados 43 óbitos por agressões, sendo 24 deles, ou 55,8%, de jovens – 5 entre 5 a 19 anos, e 19 entre 20 a 29 anos. Verifica-se mais uma vez que os jovens foram os mais vitimados por agressões, além de que quatro jovens integram este quadro, enquanto o total de vítimas femininas foram 5, conforme Figura 34.

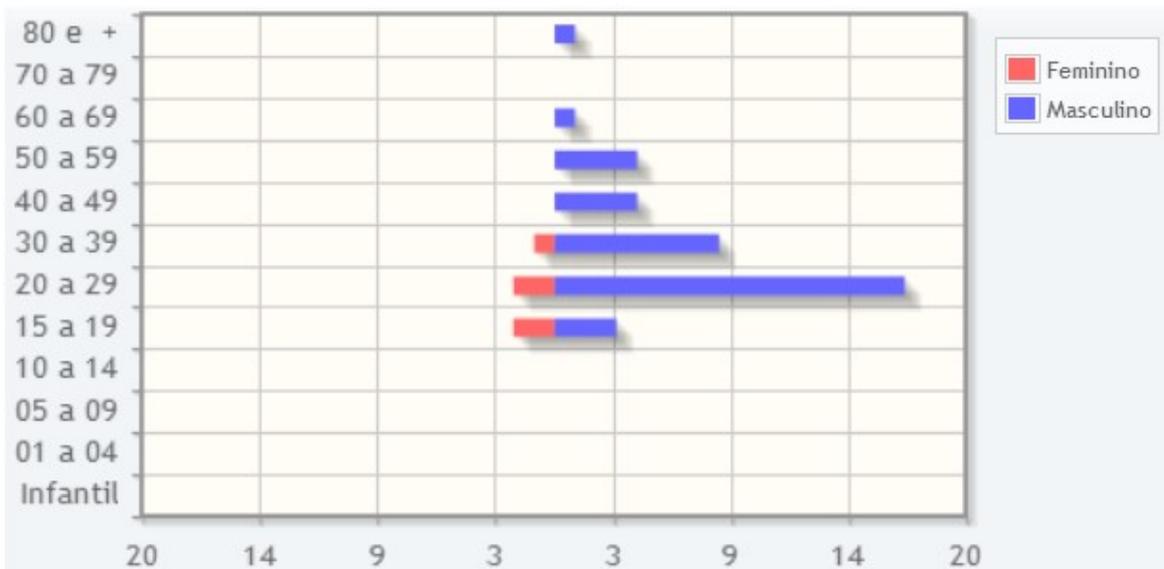


Figura 34 Número de casos de homicídio por sexo e grupo etário. Jacareí. 2011.
Fonte: SIM/DATASUS, 2015

Por fim, a Figura 35 ilustra o ano de 2012, apresentando o maior número de homicídios na cidade, 64, onde 29 ocorreram com jovens de 20 a 29 anos, e 9 com jovens de 15 a 19 anos – as maiores taxas para essas faixas etárias, dentro do período analisado. Desta forma, 59,3% dos homicídios vitimaram jovens. Três destes homicídios vitimaram o gênero feminino, enquanto apenas uma fora encontrada fora desta faixa etária.



Figura 35 Número de casos de homicídio por sexo e grupo etário. Jacareí. 2012.
Fonte: SIM/DATASUS, 2015

Desta forma verifica-se que no período compreendido por 2007 a 2012, foram registrados 231 homicídios no município de Jacareí, sendo que 122 vitimaram jovens entre 15 e 29 anos, cerca de 52,8%.

Se contemplar os dados por gênero, verifica-se que dos 122 óbitos juvenis, 108 eram do gênero masculino, 88,5%, enquanto apenas 14 foram vítimas do gênero feminino. Assim, podemos verificar que os homicídios atingem muito mais jovens masculinos dentre todas as outras faixas etárias.

No entanto, ao compreender a violência contra o gênero feminino nestes 14 casos, verifica-se que a juventude mais uma vez é a maior vítima, já que dentre as outras faixas etárias, apenas foram registrados 6 óbitos de gênero feminino. Ou seja, das 20 ocorrências, 70% correspondem a jovens femininas.

Se estender esta análise para os jovens do gênero masculino, verifica-se que enquanto foram vitimados 108 jovens, no mesmo período pereceram 103

homens de todas as outras faixas etárias. Assim, 51,2% dos óbitos do gênero masculino correspondem a jovens de 15 a 29 anos.

No entanto, embora seja um panorama desolador, o município de Jacareí, que conta com cerca de 52,8% dos homicídios vitimando jovens, fica abaixo da média nacional neste mesmo período, 2007 a 2012, de 62,6%. Assim, para cada dez mortes, seis são de jovens no país.

Contudo, no mesmo período, o número de óbitos por homicídios do gênero feminino no Brasil, corresponde a 22.750, sendo que o número de óbitos juvenis, ou seja, de 15 a 29 anos, é de 11.106 casos, cerca 48,8% do total. Assim, a realidade do município de Jacareí vem vitimando muito mais, uma vez que a taxa encontrada é de 70% do total de vítimas femininas.

Já no gênero masculino, verifica-se que no mesmo período analisado, o Brasil possui taxa de 54,8% dos óbitos dentro da faixa etária de 15 a 29 anos. Assim, dos 283.928 óbitos masculinos por homicídios no período entre 2007 e 2012, 155.766 foram de jovens vitimados. Taxa não muito distante dos 52,8% do município de Jacareí.

É possível afirmar, portanto, que o município de Jacareí viu seus índices de homicídios crescerem dentro do período analisado, principalmente impulsionado pela alta taxa de vitimização de jovens, o que incide diretamente no IVJ-Violência, que faz uso destes dados sobre juventude.

Embora o número de vítimas femininas seja baixo – 20 ocorrências -, a relevância dos dados sobre a juventude é alarmante, uma vez que 70% das ocorrências foram de vítimas jovens. Isso revela um dado precioso para as políticas do município.

Por fim, verificamos que a maioria dos homicídios assola jovens, e dentro desse universo, 22,1% correspondem a jovens de 15 a 19 anos – 27 vítimas -, enquanto 95 eram jovens de 20 a 29 anos. Podemos destacar, portanto, a necessidade de políticas públicas voltadas especialmente para esta faixa etária, buscando mitigar estas taxas.

3.5. Indicador de Pobreza no Município

Além da variação crescente dos índices de violência no município de Jacareí, se torna interessante analisar outro componente que também obtivera crescimento neste período. Segundo o Índice de Vulnerabilidade Juvenil (BRASIL, 2015) o município de Jacareí, além de possuir variação positiva de 183,1 e 47,1 nos indicadores de mortalidade por homicídios e por acidentes de trânsito, respectivamente, também obteve variação de 82,3 no indicador de pobreza.

Este indicador é formulado através da proporção de pessoas com renda familiar per capita inferior a um meio salário mínimo, da proporção de pessoas de 25 anos e mais com menos de oito anos de estudo e, por fim, pela proporção de jovens entre 12 a 29 anos residentes no município.

Por não se tratar do objeto de estudo desta obra, nos atentaremos apenas nas informações dos anos 2000 e 2010, que podem nos mostrar certa tendência acompanhada pelos anos de 2007 a 2012, apenas com o objetivo de elucidação.

Segundo Censo IBGE (2010) havia 211.214 munícipes em Jacareí em 2010, nos quais cerca de 33% correspondiam a jovens entre 12 e 29 anos, enquanto em 2000 eles correspondiam a 37%, como pode ser verificado na pirâmide etária das figuras 36 e 37.

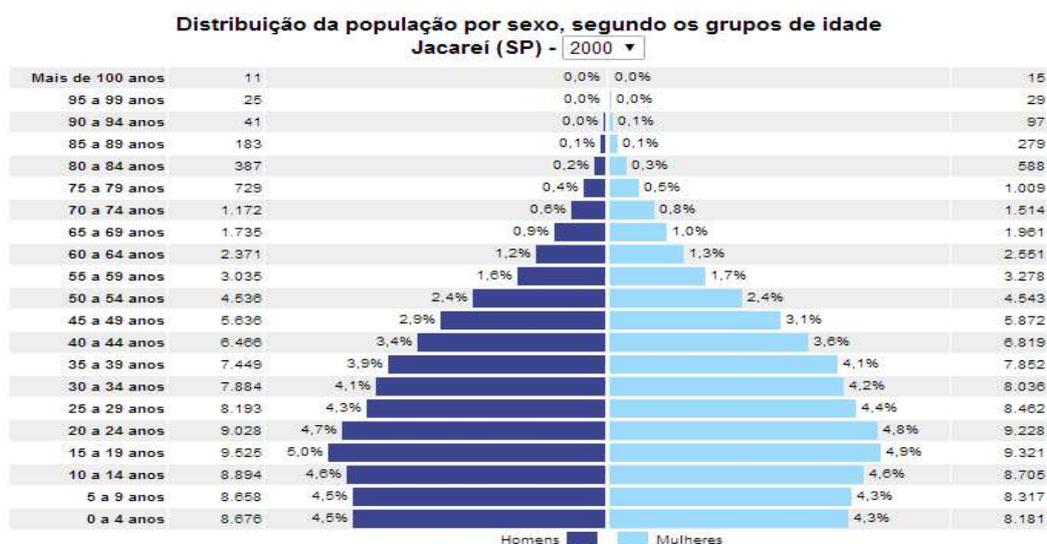


Figura 36 Pirâmide etária, Jacareí, 2000.

Fonte: IBGE, 2000.

Verifica-se, assim, um envelhecimento da população em uma década, reduzindo a proporção do número de jovens no município.

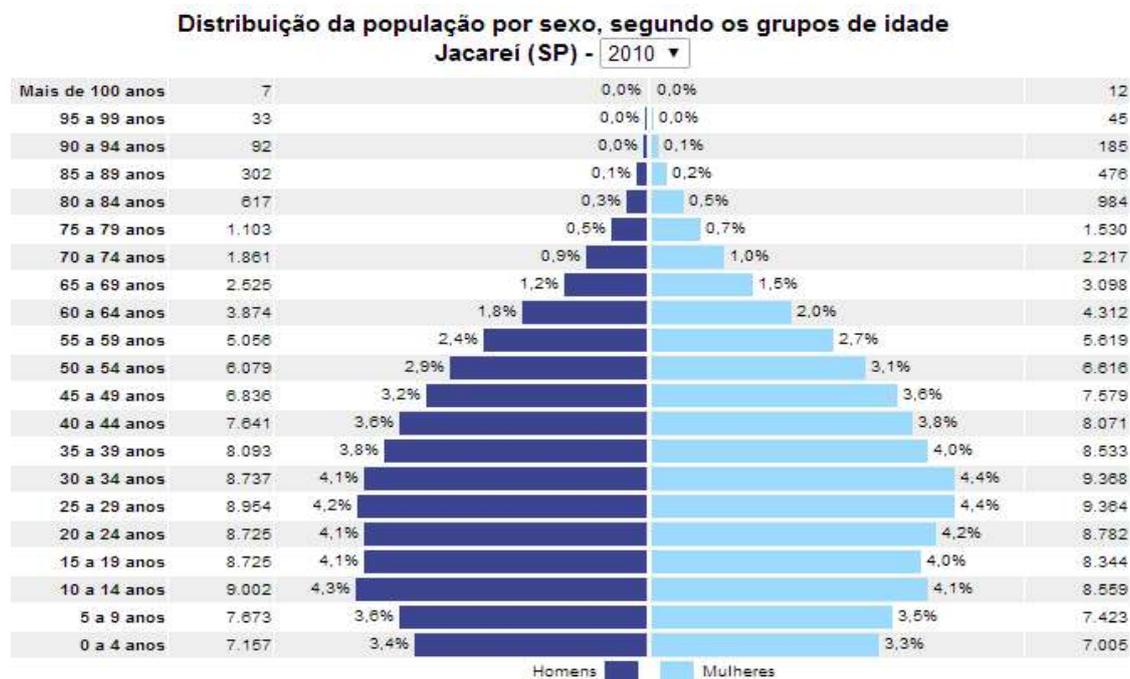


Figura 37 Pirâmide etária, Jacareí, 2010.

Fonte: IBGE, 2010.

No período de 2007 a 2012, o município de Jacareí viu o número médio de salários mínimos mensais passar de 4,3 em 2007, para 4,4 em 2008, 4,7 em 2009, estabilizando em 3,9 nos anos de 2010 e 2011, chegando aos 3,5 em 2012. No entanto, esta queda do número médio está relacionada ao crescimento do valor do salário mínimo, uma vez que neste período os valores do salário médio cresceram, passando de R\$1.723,99 para R\$2.356,95 (SIDRA, 2015).

Segundo o Censo (IBGE, 2000) Jacareí possuía 55.470 Famílias residentes em domicílios particulares, onde 5 112 correspondiam a rendimento nominal mensal familiar per capita de até meio salário mínimo – cerca de 9,2% – enquanto na pesquisa seguinte a proporção dos que recebem até meio salário mínimo é de 14,11%, ou 8 070 das 57 157 famílias- conforme Tabela 5 (IBGE,2010).

Tabela 5 Rendimento mensal familiar per capita (salário mínimo). Comparativo 2000 e 2010.

Famílias únicas e conviventes principais residentes em domicílios particulares									
CENSO	Total	Classes de rendimento nominal mensal familiar <i>per capita</i> (salário mínimo)							
		Até 1/4	Mais de 1/4 a 1/2	Mais de de 1/2 a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5	Sem rendimento
2000	55.470	1.087	4.025	11.052	15.232	7.906	7.212	6.544	2.413
2010	57.157	1.538	6.532	15.548	17.919	6.794	4.657	2.672	1.497

Fonte: IBGE 2000 e 2010.

Através destes dados verifica-se que os que recebiam mais de 2 salários mínimos diminuíram mesmo com o crescimento de famílias no município, o que indica maior distribuição de renda, como veremos a seguir com o Índice Gení. No entanto, este índice não é tão positivo, já que o número de famílias que possuem rendimento per capita de até um salário mínimo cresceu bem, acompanhado das que ganham até meio salário per capita. Enquanto a renda passou a ser timidamente mais distribuída, a renda per capita no município cresceu 19,8% nas últimas décadas, passando de R\$ 706,09, em 2000, para R\$ 846,53, em 2010.

A evolução da desigualdade de renda nesses dois períodos pode ser descrita através do Índice de Gení - instrumento usado para medir o grau de concentração de renda, que aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos, variando entre 0 e 1, onde 0 representa a situação de total igualdade, e 1 significa completa desigualdade de renda - que passou de 0,51, em 2000, e para 0,49, em 2010 (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2015).

O indicador Expectativa de Anos de Estudo também sintetiza a frequência escolar da população, ao indicar o número de anos de estudo que o cidadão que inicia a vida escolar no ano de referência deverá completar ao atingir a idade de 18 anos. No município de Jacareí, entre 1991, 2000 e 2010, segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano (2015), ela passou de cerca de 9,39 para 10,5 anos, chegando aos 10,9 anos, enquanto no Estado de São Paulo este índice passou de 9,68 para 10,23 anos, chegando em 10,33 anos.

No entanto, embora o número de anos de estudo do município tenha crescido, o percentual que é utilizado para a formulação do Índice de Vulnerabilidade é o da população de 25 anos ou mais com mais de 8 anos de estudo (que

corresponde à escolaridade obrigatória do primeiro grau). Em 2010, considerando-se a população municipal de 25 anos ou mais de idade, 4,54% eram analfabetos, 61,77% tinham o ensino fundamental completo, 45,34% possuíam o ensino médio completo e 12,32%, o superior completo, conforme Figura 38. No Brasil, esses percentuais são, respectivamente, 11,82%, 50,75%, 35,83% e 11,27% (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2015).

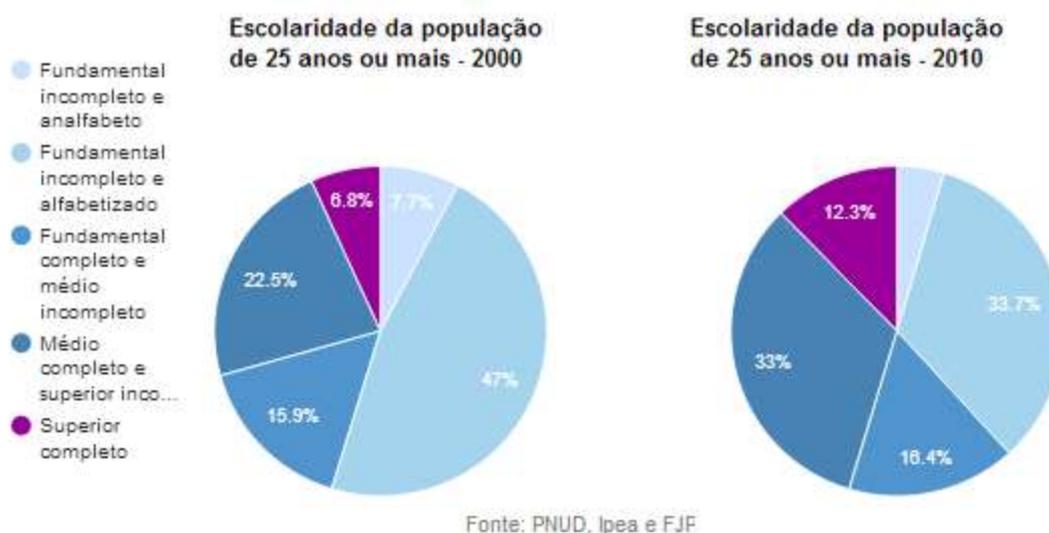


Figura 38 Escolaridade da população de Jacareí de 25 anos ou mais. 2000 e 2010. Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2015.

Assim, em 2000 correspondiam a 54,7% as pessoas com mais de 25 anos que possuíam menos de 8 anos de estudo, enquanto em 2010 esta proporção era 38,2%.

Embora não seja o foco deste trabalho, estas informações permitem traçar perfil de uma sociedade que ainda convive com alto grau de desigualdade, seja no acesso e permanência nos estudos, seja na distribuição de renda.

3.6. Políticas Públicas para Juventude no Município

Fora possível detectar diferentes organizações que trabalham com a juventude, como grupos de discussão, ação e fiscalização, organizações não governamentais e serviços públicos.

Estes denominados grupos de discussão, ação e fiscalização correspondem aos Conselhos municipais, ao Grupo de Trabalho da Juventude (GT), ao Comitê de

Desenvolvimento Comunitário (CDC) e ao Núcleo de Educação Ambiental (NEA), que, através de atividades desenvolvidas por representantes do poder público em parceria com representantes da sociedade civil, propõe articular ações e fiscalizar organizações que atuam junto a esse setor da população (JORGE, 2013, p. 104).

Há ainda os conselhos municipais que abordam as questões da infância e Juventude, como o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), o Conselho Tutelar (CT) e o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).

O CMDCA é um órgão paritário, composto por membros da Sociedade Civil e do Poder Executivo Municipal. Delibera, formula e controla as políticas públicas voltadas para atendimento à criança e ao adolescente, criada pela Lei nº 4.231 de 29/11 de 1990. Também tem como atribuição manter o registro das entidades que atuam com crianças e adolescentes, bem como de seus programas e projetos, zelando para que esta ação seja realizada de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Funciona através das assembleias regulares, abertas à participação pública ou através das Câmaras Técnicas que são Grupos de Trabalho que analisam os temas para posterior deliberação da plenária. (JORGE, 2013, p. 104)

O Conselho Tutelar, por sua vez, é composto por membros eleitos pela sociedade civil, que devem acompanhar casos de crianças e adolescentes cujo direitos estabelecidos no ECA possam ter sido violados.

Já o CMAS é responsável por definir, controlar e avaliar a política municipal de assistência social, e se caracteriza como instancia colegiada de caráter permanente entre governo e sociedade civil.

O Grupo de Trabalho da Juventude, o GT, é um projeto de 2009 da prefeitura de Jacareí, que tem como objetivo fortalecer e ampliar as políticas públicas para juventude, através de reuniões mensais que propõe e gerenciam, junto a coordenadores das secretarias de Esporte, Assistência Social, Saúde, Educação, Segurança e Defesa do Cidadão.

O Comitê de Desenvolvimento Comunitário fora uma iniciativa do Instituto Camargo Correa em 2010, e conta com a participação dos conselhos municipais, de organizações governamentais e organizações não governamentais, atuando nos eixos da educação, saúde e assistência social. Enquanto o primeiro eixo é atendido pelo projeto Portal do Saber, que trabalha junto às creches municipais, a saúde é atendida pelo projeto Vida Família, que visa formar e capacitar profissionais e adolescestes na prevenção à gravidez precoce, enquanto, por fim, a assistência

social é atendida pelo projeto Redesol, criado em 2011, que se trata de uma rede de proteção à criança e adolescente do município, através da interação entre as entidades e serviços do município.

O Núcleo de Educação Ambiental, resulta de parceria com empresas privadas e sociedade civil, e oferece atividades educativas e de inclusão e integração.

Em Jacareí, algumas ONGs atuam com adolescentes realizando diferentes tipos de atividades: preparação de crianças e adolescentes de baixa renda para a inserção social e profissional (Associação Educacional e Assistencial Guri – Guri na Roça), trabalhos socioeducativos e profissionalizantes para pessoas que apresentam deficiência cognitiva (Jacareí Ampara Menores - JAM), assistência a pessoas com deficiência neurológicas e atividades de leitura e recreação para crianças e adolescentes (Associação “Criança Especial” de Pais Companheiros - CEPAC), assistência a gestantes de baixa renda (Batuira Projeto Renascer - BPR), atendimento especializado a pessoas com Síndrome de Down (Associação de Pais e Amigos do Down - ASPAD) e atendimento a dependentes de substâncias psicoativas (Comunidade de Ação Social Fanuel). (JORGE, 2013, p. 111)

A associação educacional e assistencial Guri na Roça foi criada em 1999 e em 2001 foi reconhecida como Organização Não Governamental, e tem como objetivo a preparação das crianças e adolescentes para inserção social e profissional, através de aulas de inglês, informática, educação ambiental, ética e cidadania, teatro, comunicação e expressão, literatura, artesanato, oficinas de reciclagem e reforço escolar. Os demais projetos visam atender crianças e jovens situados em variados níveis de atenção, desde bem-estar até acompanhamento médico.

Por fim, encontramos iniciativas de responsabilidade pública, como os desenvolvidos pelas secretarias de Saúde, Segurança e Defesa do Cidadão e a de Assistência Social. A Secretaria da Saúde oferece um serviço específico para os adolescentes no Centro de Atendimento integral ao Adolescente (CAIA), referência em atendimentos de saúde mais especializados e orientação à família, atendendo a casos de violência cometida contra o adolescente – violência social e sexual – e a situações de atos infracionais dos adolescentes.

A Secretaria de Segurança e Defesa do Cidadão oferece atividades para os estudantes do ensino regular do município, como o Semeadores da Paz e o projeto Tocando o futuro. O primeiro visa, através da promoção de atividades ofertadas pela

secretaria de Esporte e Recreação e de palestras educativas, prevenir a violência e promover uma cultura de paz. Já o projeto Tocando o Futuro promove cursos de iniciação musical (violão, percussão, teclado e flauta), visando incluir socialmente crianças e adolescentes.

A Secretaria de Assistência Social age para proteção social básica através do CRAS e de uma rede de serviços socioeducativos, desenvolvidos pelo Serviço de Atenção à Juventude (SAJ), que visa prevenir ocorrências de situação de risco social e trabalhar a formação cidadã, familiar e profissional, através do Centro da Juventude (CEJU), do Programa Ação Jovem e do PROJOVEM, que oferecem atividades socioeducativas para jovens de 15 a 24 anos.

Estas ações englobam oficinas de canto vocal, dança de rua, desenho e pintura em tela, fotografia, futsal, história em quadrinhos, informática, manutenção de microcomputadores, teatro de bonecos, técnica vocal, técnica teatral, vídeo e violão, além de workshops e eventos recreativos e comemorativos, atividades de lazer e culturais.

O CEJU, criado em 2004 visando centralizar os serviços para jovens da cidade que funcionavam de forma independente e descentralizada, promove oficinas fora de seu espaço físico, no intuito de integrar jovens que não ocupem os territórios atendidos pelas sedes físicas, através de parcerias com igrejas, escolar e os espaços multiuso e centros de formação Educamais, com atividades esportivas, culturais e educativas e a Fundação Cultural de Jacareí, que promove teatros, shows e oficinas de dança. Dentro do CRAS se desenvolve o Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculo, que se trata de um serviço de proteção social básica do sistema único nacional de assistência social, que possui caráter preventivo, pautado na defesa dos direitos e desenvolvimento das capacidades e potencialidades de cada indivíduo, prevenindo situações de vulnerabilidade social. Neste trabalho se desenvolvem serviço a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social.

Verifica-se que as políticas públicas do município de Jacareí voltadas para juventude visam promover a interação entre jovem e sociedade, através das noções de cidadania e de exercícios que criem vínculos com a comunidade.

Assim, ao tentar afastar os jovens da violência através de oficinas, por exemplo, demonstra-se que os formuladores de políticas públicas refutam a patologia envolta em algumas teorias sobre criminalidade – sobretudo as primeiras,

logo ao fim da segunda guerra -, uma vez que tratam a violência e a criminalidade como algo passível de aprendizagem, na mesma medida que valores positivos também poderiam ser aprendidos.

Portanto, através de comunicação, interação, identificação, contato e intimidade, visa-se afastar o jovem dos perigos proporcionados pelo crime, como homicídios.

Assim, semelhante a Teoria do Aprendizado Social, que considera a conduta social resultado da aprendizagem na convivência com o outro, modelando o comportamento individual através da experiência social adquirida, resultado de situações de aprendizado, as políticas do município visam que os jovens tirem de experiências positivas e agregadoras, ferramentas para se afastar da criminalidade.

Ademais, conforme fora analisado sobre as teses de criminalidade e violência, o indivíduo que estabelece maior o vínculo cidadão com a sociedade, sistema e comunidade, possui menores chances de descumprir as relações contratuais entre indivíduos e sociedades, e, logo, com as instituições.

Ao promover oficinas de teatro, dança, desenho, fotografia, futsal, informática, vídeo e violão, eventos recreativos, atividades de lazer e culturais, visa-se sedimentar as relações entre indivíduo e comunidade, evitando, assim, que futuramente se envolvam em delitos.

Há ainda outra abordagem, que visa a defesa dos direitos, prevenindo situações de vulnerabilidade social, buscando refutar frustrações perante defasagens econômicas, sociais e culturais, visando promover o acesso as estruturas do Estado e sociedade, materiais ou simbólicos.

Assim, algumas políticas são voltadas para promover níveis de bem-estar mínimos, assim como proporcionar ascensão social, oportunidades e acesso a recursos básicos, mitigando a vulnerabilidade, em seu conceito de insuficiência de recursos, habilidades e características inerentes de determinados grupos sociais perante as oportunidades oferecidas.

As políticas são, portanto, dimensionadas baseando-se na concepção de juventude de não apenas período de transição, mas onde são efervescentes as mutações e maturações psicológicas, culturais e sociais. Assim, visa-se prover exemplos e recursos que promovam o aprimoramento do jovem quanto cidadão, salientando os vínculos entre indivíduo e sociedade.

Contudo, como a criminalidade possui explicações variadas, variando de região e contexto social, densidade demográfica e pobreza, é necessário focar em políticas públicas não apenas preventivas, mas de recuperação de indivíduos já inseridos neste contexto. Embora exista no município o acompanhamento realizado pela Assistência Social, através de outros programas que visam dar apoio a vítimas e as famílias destas se encontra num estágio paliativo.

Por fim, quanto a políticas voltadas para redução dos homicídios no trânsito, são restritas a palestras e oficinas que visam conscientizar sobre a violência no trânsito, além de aparatos para fiscalização e possível inibição de delitos.

Assim, verifica-se a existência de políticas públicas que visam a juventude e o afastamento da violência, mas com potencial de aprimoramento, principalmente no que tange os bairros mais periféricos, já que as estruturas se encontram em grande parte nas regiões centrais, tornando a evasão significativa (JORGE, 2013, p.28). Ademais, proporcionar oportunidades e estrutura aos jovens é necessário para que os números negativos do município se dissipem.

3.7. Propostas para redução dos homicídios e acidentes de trânsito

Hughes (2004, p. 100) reitera que para a redução dos índices de homicídios é necessário que ocorra uma descentralização político-administrativa, tanto das estruturas físicas, quanto das atividades por toda a cidade, visando reduzir a distância entre Estado e sociedade, restituindo os poderes sociais da comunidade. Em seu estudo sobre a redução dos índices de homicídios em São Paulo, avalia que a ampliação do policiamento preventivo e comunitário, reforçado pela reestruturação da Guarda Municipal e das comissões civis, permitiu identificar as demandas da comunidade, reduzindo significativamente a violência.

Segundo o autor, fora a aplicação de medidas preventivas aliadas a políticas públicas sociais que visavam reduzir a desigualdade social que pesaram na redução dos homicídios (HUGHES, 2004, p. 101). Assim, além das oficinas já promovidas pelo município de Jacareí, visando educar o jovem de maneira cidadã, devem haver medidas socioeconômicas que vise auxiliar este jovem, lhe provendo ascensão e oportunidades.

Os autores Souza et. al (2007, p. 26) propõe para redução da mortalidade por acidentes de transito, ações de capacitação dos motoristas e pedestres, sensibilização através de produção de materiais educativos, aprimoramento na segurança no trânsito, reuniões e oficinas de trabalho com diversos objetivos. Salientam ainda há necessidade de ações dirigidas aos grupos mais vulneráveis, como crianças, adolescentes e jovens, além de consumidores de álcool e outras drogas. Todas essas ações visam maior conscientização do público, devendo obter especial atenção os locais de maior ocorrência de acidentes de trânsito, locais de consumo de álcool, bairros e localidades de maior circulação de veículos e transeuntes e escolas da rede pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência (BRASIL, 2015), ao classificar os municípios com mais de 100 mil habitantes, dentro de quatro dimensões, tais como violência, frequência à escola e situação de emprego, pobreza no município e escolaridade, permitiu a análise das condições de vida da população jovem nessas áreas, permitindo assim a formulação de políticas públicas a partir de informações relevantes, interferindo diretamente na eficiência dessas ações.

Conforme analisado, este índice evidenciou que a violência letal contribui de maneira acentuada para vulnerabilidade juvenil, de forma que as condições macroeconômicas e sociais do contexto em que estão inseridas são importantes.

Neste contexto, o município de Jacareí, que ocupava no ranking de 2007 a faixa de *baixa vulnerabilidade*, em 2012 passou para *média vulnerabilidade*. Em 6 anos, o município viu crescer seu índice de vulnerabilidade juvenil à violência, graças a variação crescente dos indicadores de mortalidade por acidentes de trânsito e por homicídios, além do indicador de pobreza (BRASIL, 2015).

Embora Jacareí não figure os municípios com maiores números absolutos de homicídios ou de vulnerabilidade juvenil, ele figurou entre os dez com maior variação positiva, o que demonstrou a relevância de se analisar o período entre 2007 e 2012.

Seguindo a tese de Castro e Ambromovay (2002, p.38) se faz necessário pensar “não em políticas públicas para juventude, mas em políticas de/para/com juventudes”, rejeitando as políticas impostas verticalmente pelo governo, embora sem minimizar o papel do Estado, que deve legislar, administrar e implementar políticas públicas em conjunto com a sociedade civil.

Segundo Cara e Gauto (2007, p.181) as altas taxas de violência resultam do não reconhecimento da juventude como sujeito de direitos, principalmente ao reproduzir exclusão social e degradação social e comunitária, através das consecutivas depreciações de estruturas que compõe o acesso a saúde, moradia, educação, lazer, oportunidades, entre outros. Assim, embora o jovem seja tratado

como agressor e agente violento, ele é consequência da exposição à desigualdade e a falta de infraestrutura.

Descarta-se dentre as relações sociais da sociedade com a juventude a questão da violência, que enquanto cai em termos gerais em outros recortes etários, conforme analisado, vem se mantendo relativamente alta entre os 15 e 29 anos. Dos índices de mortalidade juvenil, ressaltam-se as mortes por causas externas, que decorrem, predominantemente, de acidentes de trânsito e homicídios.

Como analisado, a taxa de mortes violentas, representadas pela soma de mortes causadas por acidentes fatais no transporte, por homicídios e suicídios, representavam em 2010, 5,63% do total de óbitos registrados neste ano para a população não jovem – com menos de quinze anos, e mais de 29 -, enquanto para a população jovem – ou seja, dos 15 aos 29 anos – as mortes violentas representavam em 2010, mais da metade das causas de óbito, cerca de 60,68%.

Salienta-se que a capacidade de o jovem resistir a violência é diretamente ligada ao suporte que ele obtém dentro de sua família e, principalmente, da sociedade (CARA & GAUTO, 2007, p.194). Assim, as políticas públicas orientadas aos jovens devem ir além da busca pela redução dos índices de homicídio, priorizando, sim, as demandas juvenis, principalmente no que toca a garantia de direitos fundamentais que permitam a juventude exercer seu papel de ator social.

Conforme analisado, a média de óbitos ocasionadas por acidentes de trânsito no município de Jacareí no período compreendido entre 2007 e 2012, fora de uma a cada três ocorrências – das 291 ocorrências, 97 vitimaram jovens entre 15 e 29 anos -. Este indicador – mortalidade por acidentes de trânsito - sofrera crescimento no Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência principalmente pelo crescimento das vítimas entre 20 e 29 anos, que corresponderam a 76% do total. Ademais, verifica-se que a maioria dos jovens vitimados eram do gênero masculino - das 97 vítimas juvenis, somente 12 eram do gênero feminino.

Esta informação demonstra que acidentes de trânsito vitimam muito mais jovens do gênero masculino, entre os 20 e 29 anos.

No último ano deste período – 2012 – a taxa de óbitos de jovens fora de 51% do total no município de Jacareí, alertando para uma tendência de crescimento. Salienta-se que, embora em 2007 e 2011 o crescimento fora uniforme em toda a região, no ano de 2009 Jacareí atingiu crescimento no total de óbitos por acidentes de trânsito, tendência essa que não fora seguida pela região do Vale do Paraíba –

de forma que demonstra que o município precisa de políticas públicas específicas para reduzir estes números

Para suprimir estes índices, se faz necessário campanhas de conscientização e acompanhamento de infratores das leis de trânsito, através de pessoal capacitado e equipamentos que inibam conduções perigosas.

Além disso, traçado o perfil de vitimização de jovens entre 20 e 29 anos do gênero masculino, pode-se delinear projetos voltados a este recorte, visando maior conscientização de motoristas e transeuntes (uma vez que neste trabalho não fora especificado quais origens das vitimizações por acidentes de trânsito: se condutores ou pedestres) de forma a reduzir este número, de maneira a diminuir este indicador num futuro índice.

No entanto, é no Indicador de mortalidade por homicídios que reside assombroso crescimento dos números, nos quais indicam crescimento de 113% entre 2007 e 2012, somente entre a população jovem. No período compreendido por 2007 a 2012, foram registrados 231 homicídios no município de Jacareí, sendo que 122 vitimaram jovens entre 15 e 29 anos, cerca de 52,8%.

Destes 122 óbitos juvenis, 108 correspondiam ao gênero masculino, enquanto 14 foram vítimas do gênero feminino. Assim, podemos verificar que os homicídios atingem muito mais jovens masculinos dentre todas as outras faixas etárias somadas – que, compreendendo as faixas etárias dos menos de 15 anos e mais de 29, chegaram a 105 vítimas.

Embora traça-se um cenário nos quais as maiores vítimas são masculinas entre 20 e 29 anos – correspondendo a 95 vítimas, ante 27 de jovens entre 15 e 20 anos – a vitimização da juventude feminina por homicídios é alta, se comparada as taxas da população total de mulheres. A taxa de 14 incidentes com jovens é superior aos 6 óbitos registrados em todas as outras faixas etárias, entre 2007 e 2012 – ou seja, 70% das mulheres vitimadas por homicídios correspondiam a jovens, a maioria entre 20 e 29 anos.

Desta forma, atentamos para a necessidade de políticas voltadas a jovens entre 20 e 29 anos, de ambos os gêneros, através de mecanismos de proteção, que visem proteger a vida destes jovens.

Para mitigar estes altos indicadores encontrados na faixa feminina deve-se considerar a adoção de medidas preventivas e de acompanhamento, como

delegacias da mulher, oficinas e organizações de apoio para mulheres em situação de potencial perigo, além de acompanhamento legal e médico em todos os casos.

Para a redução dos índices totais de homicídios, salienta-se a importância de medidas de conscientização, prevenção, redução a desigualdade, e aprimoramento das oportunidades.

Portanto, os jovens devem ser considerados como destinatários das políticas, além de atores estratégicos. Assim, se faz necessário investir em uma integração entre as esferas no desenvolvimento de políticas, de forma que os programas não sejam isolados, para que se promova uma formulação acertada de metas e métodos, além de prover transparência, acompanhamento e a eficácia na implementação. Desta forma, se fortaleceriam as relações entre Estado e sociedade, priorizando as demandas reais da comunidade, através da democracia participativa.

Kerbaui (2005, p.201) afirma que as políticas juvenis se encontram fragmentadas, vítimas da interburocracia e da descontinuidade administrativa, principalmente por não serem respostas a demandas da comunidade, consequência da ausência de interlocução entre jovens e gestores e de um projeto político voltado exclusivamente para a juventude.

É necessário, portanto, compreender a juventude como heterogênea, analisando suas diferentes perspectivas de gênero, etnicidade, sociais, econômicas e culturais. Assim, conforme salientam Cara e Gauto (2007, p.177), o debate deve ser formulado para “juventudes” e não apenas “juventude”, uma vez que a condição juvenil encerra uma série de símbolos e experiências que influenciam o desenvolvimento individual e social dos jovens.

Torna-se necessário romper com a setorização das políticas públicas, propondo interação entre sociedade civil e juventude, promovendo a participação dos jovens na construção de políticas públicas que assegurem sua cidadania e direitos. Assim, deve-se estimular a participação de jovens na esfera política, através da participação democrática, reconhecendo-os como sujeitos e solução do problema, visando elaborar políticas efetivas.

Para tanto, se torna importante o investimento em melhorias no sistema de educação, de forma a aprimorar a relação entre as estruturas sociais e políticas, através de projetos cooperativos e adequados a realidade multifacetada dos jovens. Segundo Castro e Abromovay (2002), a escola deve desenvolver temas político-sociais que auxiliem na interação da juventude com a formulação de projetos

sociais, além de defenderem práticas educativas voltadas a prevenção e reabilitação de jovens dependentes de drogas, em conjunto com outras esferas do município. Ressalta-se ainda a importância da interação entre jovens e a família dentro da esfera escolar, promovendo discussão e articulação de temas que envolve a juventude.

Ressalta-se que o município já conta com algumas políticas voltadas para a mitigação da violência dentre os jovens, o que evidencia a importância de trabalhos futuros que analisem especificamente os resultados de cada frente, objetivo não delimitado neste trabalho. Outra vertente de análise é verificar resultados futuros do Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência, de forma a verificar o desenvolvimento da cidade. Por fim, recomenda-se análises dos períodos posteriores ao analisado, de forma a traçar tendências dentro do município.

Segundo a bibliografia especializada, para combater diretamente os índices de violência contra a juventude, é necessário além de integrar jovens no processo de formulação política, integrar todas as esferas da sociedade em torno de referenciais como Estatuto da Criança e Adolescente, por exemplo, priorizando medidas que formem jovens cidadãos ativos e conscientes, além de protegidos pela comunidade. Programas educativos com caráter preventivo, campanhas de conscientização e de acompanhamento, podem influenciar na redução dos índices de violência, tanto no trânsito quanto nos homicídios.

A formulação de uma cultura de paz, aliada a políticas públicas que promovam acesso a direitos básicos pode ser eficaz para a redução destes índices, principalmente se considerado que a juventude se trata de uma fase de crescimento e aprendizado.

Além destas medidas, é necessário garantir o acesso a esporte, arte, lazer e cultura, contribuindo para abrir e aprimorar valores sociais, além de prover oportunidades profissionalizantes que permitam o jovem se inserir no mercado de trabalho com competências variadas e qualificadas.

O indicador de desigualdade social atenta para a necessidade de políticas que visem a redução da desigualdade e da concentração de renda, promovendo o crescimento social e cultural de todo cidadão.

É importante ressaltar que a descentralização de equipamentos culturais e infraestruturas é de tamanha importância para que se amplie o acesso às oportunidades, principalmente para os grupos jovens de baixa renda. Para isso,

torna-se interessante incentivos a espaços, projetos sociais e eventos promovidos em bairros periféricos, através da iniciativa pública, privada e ONGS.

Seja a violência resultante das desigualdades sociais encontradas na comunidade, da pobreza, de valores adquiridos ou do grau de envolvimento do cidadão com a sociedade e as estruturas do estado, ou ainda desta miscelânea, ela pode ser trabalhada e mitigada dentro destes parâmetros para políticas públicas.

A participação efetiva da comunidade, e, principalmente, da juventude na formulação de políticas públicas voltadas para mitigar a violência que atinge a juventude, garantirá meios de maior eficácia, além de demandas coerentes com a realidade.

Analisar a juventude dentro de sua heterogeneidade e vulnerabilidade - simbólica, estrutural e biológica - permite, portanto, fundamentar variado leque de políticas públicas que visem a descentralização, ampliação da participação social e atendimento de demandas concretas, objetivando, por fim, a redução dos índices de violência.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, H. **Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil.** Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n. 5/6, maio/ago. 1997.
- ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G.; PINHEIRO, L. de C.; LIMA, F. de S. & MARTINELLI, C. da C. (2002). **Juventude, Violência e Vulnerabilidade social na América Latina: Desafios para políticas públicas.** Brasília: UNESCO, BID. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127138por.pdf>>. Acesso em 10 set. 2015.
- ABRAMOVAY, M e RUA, M. das G. **Violências nas Escolas.** Brasília, UNESCO, 2002
- ALVAREZ, M. C. **A Criminologia no Brasil ou como tratar desigualmente os desiguais.** In *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Vol. 45, nº 4, 2002, p.677 a 704. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v45n4/a05v45n4>>. Acesso em 02 set. 2015.
- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO DO BRASIL. **Síntese de Informações.** PNUD. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/jacarei_sp>. Acesso em: 25 set. 2015.
- BARATA, R. B, RIBEIRO M. C. S. A. **Relação entre homicídios e indicadores econômicos em São Paulo, Brasil, 1996.** 2000 Rev Panam Salud Publica, 7:118-24. Disponível em <<http://www.scielosp.org/pdf/rpsp/v7n2/1247.pdf>>. Acesso em 06 jul. 2015.
- BOCK, A. B. M. **A adolescência como construção social: estudo sobre livros destinados a pais e educadores.** Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE). 11(1), 63-76. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/pee/v11n1/v11n1a07.pdf>>. Acesso em 4 set. 2015.
- BRASIL (1990). **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras Providências. Brasília, DF.
- BRASIL (2015). Presidência da República. Secretaria-Geral. **Índice de vulnerabilidade juvenil à violência e desigualdade racial 2014** / Secretaria-Geral da Presidência da República, Secretaria Nacional de Juventude, Ministério da Justiça e Fórum Brasileiro de Segurança Pública. – Brasília: Presidência da República, 2015. Disponível em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002329/232972POR.pdf>>. Acesso 05 mai. 2015.
- CARA, D. e GAUTO, M. **Juventude: percepções e exposição à violência.** In: ABRAMOVAY, Miriam, ANDRADE, Eliane Ribeiro e ESTEVES. Luiz Carlos Gil (orgs.) *Juventudes: outros olhares sobre a diversidade.* Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Unesco, 2007. (Coleção Educação para todos; n °27). Disponível em

<http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2010-2/Educacao-MII/2SF/Juventude_percepcoes.pdf>. Acesso em 20 jul. 2015.

CASTRO, M. G.; ABRAMMOVAY, M. **Por um novo Paradigma do Fazer Políticas: Políticas de/para/com juventudes**. 2a versão, UNESCO, Brasília, 2003. Disponível em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001313/131361por.pdf>>. Acesso em 01 jul. 2015.

CERQUEIRA, D. R. C. e LOBÃO, W. A. J. L., **Condicionantes Sociais, Poder de Polícia e o Setor de Produção Criminal**. Texto para Discussão, nº 957, IPEA, 2003. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4187>. Acesso em 2 jul.2015.

CERQUEIRA, D. R. C. e LOBÃO, W. A. J. L. (2004), **Determinantes da Criminalidade: Arcabouços Teóricos e Resultados Empíricos** in Dados – Revista de Ciências Sociais, Vol. 47, nº 2, pp. 233-269, 2004. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v47n2/a02v47n2.pdf>>. Acesso 03 jul. 2015.

CERQUEIRA, D. R. C.; CARVALHO, A. X. Y.; LOBÃO, W. J.A. e RODRIGUES, R. I. (2007), **Análise dos Custos e Consequências da Violência no Brasil**, Texto para discussão nº 1284, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4541>. Acesso em 02 jul.2015

COSTA, B. **As mudanças na agenda das políticas sociais no Brasil e os desafios da inovação**. In: Políticas Públicas. Belo Horizonte, ed UFMG, 2002, p.27-57.

COELHO, A. B. (2010). **Vulnerabilidade sócio juvenil em Ribeirão das Neves, MG**, 2000. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte, 2010. Disponível em <http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/TratInfEspacial_CoelhoAB_1.pdf>. Acesso em 03 set. 2015.

CRUZ NETO, O. **Nem soldados nem inocentes: juventude e tráfico de drogas no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2001. Disponível em <<http://portalteses.icict.fiocruz.br/pdf/FIOCRUZ/2000/moreiramrm/capa.pdf>>. Acesso em 29 jul. 2015.

GUARESCHI, N. M. F., REIS, C. D., HUNING, S. M., & BERTUZZI, L. D. (2007) **Intervenção na condição de vulnerabilidade social: um estudo sobre a produção de sentidos com adolescentes do programa do trabalho educativo**. Estudos e pesquisas em psicologia. 7(1), 20-30. Disponível em <<http://www.revispsi.uerj.br/v7n1/artigos/pdf/v7n1a03.pdf>>. Acesso em 08 set. 2015.

HORTA, N. C.; SENA, R. R. **Abordagem ao adolescente e ao jovem**. Physis. 2010;20(2):475-94. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/physis/v20n2/a08v20n2.pdf>>. Acesso em 22 jul. 2015.

HUGHES, A. **Segregação Socioespacial e Violência na Cidade de São Paulo: Referências para a Formulação de Políticas Públicas**. São Paulo Perspec. out./dez. 2004, vol.18, nº4, pp.93-102. ISSN 0102-8839. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392004000400011&script=sci_arttext>. Acesso em 15 Ago 2015.

IBGE (2000), **Síntese de Indicadores Sociais**. Estudos & Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica.

IBGE (2010), **Síntese de Indicadores Sociais**. Estudos & Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica.

JORGE, D. B. P. **Adolescentes vulneráveis ou vulnerabilizados? Sentidos e usos do termo vulnerabilidade na perspectiva dos agentes sociais do município de Jacareí (SP)**. 2013. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-24022014-092445>>. Acesso em: 10 set. 2015.

KERBAUY, M. T. **Políticas de juventude: políticas públicas ou políticas governamentais?** Estudos de Sociologia (18/19), Araraquara, Dep. Sociologia-UNESP, 2005, pp. 193-203. Disponível em <<http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/67/40>>. Acesso em 03 jul. 2015.

MARGULIS, M. **Juventud: una aproximacion conceptual**. In: BURAK, S. D. (Comp.). Adolescência e juventud en América Latina. Cartago: Libro Universitario Regional, 2001. Disponível em <<http://www.binasss.sa.cr/adolescencia/Adolescenciayjuventud.pdf>>. Acesso em 05 jul. 2015.

NÓBREGA JÚNIOR, J. M. P. da. **Os homicídios no Brasil, no Nordeste e em Pernambuco: Dinâmica, relações de causalidade e políticas públicas**. Tese (doutorado). 271 p. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Recife: UFPE, 2010. Disponível em <<http://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/1558>>. Acesso em 08 jul. 2015.

PAIXÃO, A.L. (1988), **“Crime, Controle Social e Consolidação da Democracia”**, in F.W. Reis e G. O’Donnell (org.), A Democracia no Brasil: Dilemas e Perspectivas. São Paulo, Vértice.

PERALVA, A. **Violência e democracia. O paradoxo brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (2010), **Síntese de dados**. Publicado para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

SILVA, R. S.; SILVA, V.R. (2011). **Política Nacional de Juventude: Trajetória e desafios**. *Caderno CRH*, 24(63),663-678. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v24n63/13.pdf>>. Acesso 12 jul. 2015.

SIM/DATASUS (2015). **Dados de Mortes por Agressão do banco de dados do Subsistema de Informações sobre Mortalidade do Sistema Único de Saúde do Ministério da Saúde**. Brasil. Disponível em <<http://www2.datasus.gov.br/>>. Acesso em julho de 2015.

SOARES, G. A. D. **Não Matarás. Desenvolvimento, Desigualdade e Homicídios**. Ed. FGV. Rio de Janeiro, 2008.

SOUZA, E. R.; MINAYO, M. C. S.; FRANCO, L. G. **Avaliação do processo de implantação e implementação do Programa de Redução da Morbimortalidade por acidentes de Trânsito**. Epidemiol Serv Saúde. 2007;16(1):19-31. Disponível em <http://scielo.iec.pa.gov.br/scielo.php?pid=S1679-49742007000100003&script=sci_arttext>. Acesso em 12 set. 2015.

SPOSITO, M.P.; CARRANO, P.C. **Juventude e políticas públicas no Brasil**. Revista brasileira de educação, São Paulo, v. 24, p. 16-39, 2003. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a03>>. Acesso em 09 set.2015.

SPÓSITO, M.P.; CARVALHO e SILVA, H.H.; SOUZA, N.A. **Juventude e poder local: um balanço de iniciativas públicas voltadas para jovens em municípios de regiões metropolitanas**. Rev. bras. educ., v. 11, n. 32, p. 238-257, ago, 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782006000200004>. Acesso 01 jul.2015.

UNFPA, **Fundo de População das Nações Unidas**. ONU, 2014. Disponível em <<http://www.unfpa.org.br/swop2014/link/cap1.pdf>>. Acesso em 09 jul. 2015.

VIGNOLI, J.R. **Vulnerabilidad y grupos vulnerables: un marco de referencia conceptual mirando a los jóvenes**. Santiago de Chile: CEPAL, 2001. (Serie Población y Desarrollo, n.17). Disponível em <http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/7150/S018659_es.pdf?sequence=1>. Acesso em 09 set. 2015

WASELFISZ, J. J. **Situação da Juventude no Brasil. Índice de Desenvolvimento Juvenil**, UNESCO, Brasília, 2004. Disponível em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001339/133976por.pdf>>. Acesso em 15 jul. 2015.

_____. **Mapa da Violência 2011**. Os jovens do Brasil. São Paulo / Brasília, Instituto Sangari / Ministério da Justiça, 2011. Disponível em <<http://www.sangari.com/mapadaviolencia/pdf2011/MapaViolencia2011.pdf> Acesso 15 mai. 2015>. Acesso em 02 jul. 2015.

_____. **Mapa da Violência 2012**. Atualização: a cor dos homicídios no Brasil. Rio de Janeiro: Cebela/Flacso, 2012. Disponível em <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_cor.pdf>. Acesso em 02 jul. 2015.

_____. **Mapa da Violência 2012.** Atualização: homicídio de mulheres no Brasil. Rio de Janeiro: Cebela/Flacso, 2012. Disponível em <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/MapaViolencia2012_atual_mulheres.pdf>. Acesso em 02 jul. 2015.

_____. **Mapa da violência 2013:** Homicídios e Juventude no Brasil. Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americano – CEBELE. Brasília, 2013. Disponível em <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013/mapa2013_homicidios_juventude.pdf>. Acesso 02 jul. 2015.

_____. **Mapa da Violência 2014.** Mapa da violência 2014 – homicídios e juventude no Brasil. São Paulo: Brasília, 2014. Disponível em <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_JovensBrasil.pdf>. Acesso em 12 jul. 2015.